

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-3-2021.

---

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Karen Santos e Mauro Zacher. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 015/21 (Processo nº 0225/21), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Resolução nº 011/21 (Processo nº 0158/21), de autoria de Daiana Santos; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 006, 010 e 022/21 (Processos nºs 0037, 0051 e 0088/21, respectivamente), de autoria de Jonas Reis; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 074 e 078/21 (Processos nºs 0236 e 0243/21, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/21 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 117/20 (Processos nºs 0207/21 e 0297/20, respectivamente), de autoria de Lourdes Sprenger. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 181 e 182/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, veto parcial ao Projeto de Lei do Legislativo nº 102/18 e veto total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 001/20 (Processos nºs 1103/18 e 0001/20, respectivamente). Ainda, foi apregoadada a Emenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 (Processo nº 0115/21). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Jonas Reis, Roberto Robaina, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes e Felipe Camozzato. Na oportunidade, por solicitação de Cláudia Araújo, Airto Ferronato, Daiana Santos e Alvoni Medina, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a Bonifácio Bróbio, a Jorge Freire, a Haroldo Lima e a Sonia Pereira. Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, Aldacir Oliboni formulou requerimento verbal, indeferido pelo Presidente, solicitando manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e da Procuradoria acerca de aspectos relativos ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 (Processo nº 0115/21). Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e seis minutos às quinze horas e trinta e um minutos. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 (Processo nº 0115/21), o qual, após ser discutido por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Bruna Rodrigues, Reginete Bispo, Fernanda Barth, Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Moisés Barboza, teve sua

discussão suspensa, em face de decisão liminar em processo judicial recebida pela Presidência da Casa, determinando a suspensão da tramitação dessa proposição. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Executivo nº 003/21. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e três minutos às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Em Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/19 (Processo nº 0147/19), por vinte e um votos SIM e treze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Ramiro Rosário, Aírto Ferronato e Daiana Santos, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Na ocasião, foi aprovado requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 076/21 (Processo nº 0157/21), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo, Moisés Barboza, Leonel Radde, Idenir Cecchim, Jonas Reis e Daiana Santos. Foi aprovado requerimento de autoria de Karen Santos, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 064/20 (Processo nº 0158/20). Foi aprovado requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 222/16 (Processo nº 2220/16). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/19 (Processo nº 0407/19), após ser discutido por Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Jonas Reis e Reginete Bispo e encaminhado à votação por Pedro Ruas, Comandante Nádia e Cassiá Carpes. Às dezoito horas e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Sim, Presidente. Eu só quero entender o título que foi proposto, qual o nome da pessoa, no PR n° 015/21, de autoria do Ver. Alvoni Medina.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Luciano Hang.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Esse é o dono da empresa Havan, é o maior devedor de previdência, o maior devedor de imposto de renda, o maior sonegador do Brasil? E nós vamos dar um título, em Porto Alegre, para esse cidadão? Tudo bem, quando discutirmos isso, a gente conversa.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Além de ser solidário com o Ver. Claudio Janta, com quem compartilho a mesma posição em relação a esse sonegador de impostos, a minha pergunta para a Diretoria Legislativa é sobre o conteúdo da emenda de autoria do líder do governo acerca do projeto da Procempa. Se puder ser de conhecimento de todos os vereadores o que foi apregoado como emenda do Ver. Cecchim.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda n° 01 ao PLE n° 003/21.)

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Obrigado, Luiz Afonso.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Hoje não temos proposições em Pauta.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente. Queridos companheiros vereadores e vereadoras, eu queria falar, e como todos os meus colegas também estão fazendo neste momento, sobre uma homenagem que o ex-vereador, nosso colega Paulo Brum, fez hoje, entregando o título no consultório do Dr. Plínio Baú. O Dr. Plínio Baú se destaca pela sua generosidade e sua disponibilidade de atender as pessoas que precisam de um médico. Nosso irmão lá da Loja “República de França”, ele é um benemérito realmente e recebeu hoje o Título Honorífico de Cidadão Emérito de Porto Alegre, proposto pelo ex-vereador Paulo Brum, nosso colega, que teve essa feliz ideia de fazer essa homenagem a um médico nesta época da pandemia. Um médico que se dedica, ele, a filha, que também é médica, a ajudar as pessoas, a ajudar o

próximo, a ajudar quem precisa indistintamente da sua camada social, da sua cultura. Ele atende as pessoas, ele vê o ser humano. E eu queria cumprimentar o Ver. Paulo Brum por essa ideia feliz, oportuna, que coincide com um momento difícil para todos nós em que a pandemia está levando muitos de nossos conhecidos, nossos amigos, nossos parentes. Neste momento, é bom cerrarmos fileira, e o Ver. Paulo Brum fez esse gesto ao nosso querido Dr. Plínio Baú. Parabéns, Dr. Plínio Baú, por essa homenagem merecida da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; por consequência, uma homenagem da cidade de Porto Alegre aos grandes serviços prestados por V. Exa., Dr. Plínio Baú, que são importantes principalmente nesta hora.

Dito isso, eu quero dizer aos colegas vereadores que, em virtude de estar trancando a Pauta e de já ser um assunto muito debatido desde o ano passado, nós vamos entrar na votação do projeto da Procempa. Essa humilde contribuição que eu fiz junto com os demais líderes, eu não sei quantos assinaram, mas estava para ser assinado por quem quisesse colaborar, de que a Procempa faça parte do acompanhamento técnico e todos os projetos contratados pelo Executivo. É uma emenda simples, mas resgata o conhecimento da Procempa para as contratações feitas depois desse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia tem um requerimento? Lembrando que os assessores que estão na sala aguardando para entrar na reunião, eles precisam mencionar a qual gabinete eles estão vinculados.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Bonifácio Bróbio, meu amigo e amigo de muitos aqui. Bonifácio Bróbio era servidor estadual, muitos o conheceram, trabalhou inclusive na Câmara Municipal por um tempo e, infelizmente, foi a óbito no dia de ontem. Eu gostaria que nós fizéssemos essa última homenagem a este homem que dedicou tanto da sua vida às causas sociais e ao serviço estadual, como um bom funcionário que era.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Airto Ferronato solicita um minuto de silêncio para o Sr. Jorge Freire, que era um colega nosso aposentado da Casa; a Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está solicitando a inclusão do Sr. Haroldo Lima, que foi dirigente do PCdoB; e o Ver. Alvoní Medina solicita a inclusão da Sra. Sonia Pereira.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente. Colegas vereadoras, vereadores, eu primeiro faço um registro também de homenagem ao Dr. Plínio Baú, seguindo o que fez o Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, a mesma linha de reconhecimento de trabalhos importantes prestados. Por outro lado, meus colegas e minhas colegas, nós temos hoje uma missão bem difícil pela frente que é exatamente a votação desse projeto da Procempa. Quando o Ver. Cecchim traz essa emenda, ela de fato é uma emenda boa, mas eu digo em que contexto ela é boa. Seria uma emenda normal, diante das tarefas, funções e missões históricas da Procempa desde 1977 e, neste momento, ela se torna a emenda talvez única das funções da Procempa. Uma emenda boa. O problema não é a emenda, o problema é o projeto. O projeto, de fato, é um projeto que, na prática, extingue a Procempa e torna sem função a Procempa, totalmente. É bem pior, do ponto de vista de valoração, do que uma privatização, que eu já seria conta – é pior, porque extingue a Procempa. É um conhecimento de mais de 40 anos, é um acúmulo de experiência, é, de fato, uma contribuição enorme que deu a Porto Alegre, que pode dar. E há o conjunto de dados na Procempa, que ficarão jogados, sem função, ou pior, passando isso para alguém que não sabem exatamente quem pode ser pelo menos, não sabem neste momento. Então, esse é um projeto que, além de tudo, ele vai para a votação em condições muito ruins, precárias mesmo, porque, vejam só, o projeto ficou, quando entrou na Casa, 13 dias na Procuradoria; depois, ficou quase 30 com o líder do governo, meu amigo Ver. Idenir Cecchim; e, depois, ele vem para a votação, a Ordem do Dia, por conta da urgência e a passagem dos 45 dias. É regimental isso, sim, mas vejam bem, nós estamos falando da extinção, na prática, da Procempa. Quase sem função, talvez a única função que reste seja a emenda, que coloca hoje o Ver. Cecchim. Coloca bem a emenda, mas a Procempa é gigantesca, a Procempa tem acúmulo de dados que vão desde o nosso nascimento até nossa morte, passando pela vida inteira da cidade, pelo sistema de transporte coletivo, pelo sistema de repartição de leitos, pelo sistema financeiro da cidade – tudo é na Procempa! A perda desses dados ou a falta de controle sobre eles é algo trágico para Porto Alegre. Eu não vejo como nós podemos votar, e eu sei que é uma questão regimental, que nós temos que trabalhar apenas com a retirada da urgência, se fosse possível. Ela é possível, mas, se fosse vontade do governo, porque nós votamos sem nenhum parecer... Não há um parecer da CCJ, não passou lá esse projeto. Não há um parecer de reunião conjunta de comissões, não há nada! Nós vamos votar, praticamente, a extinção de uma empresa sem parecer algum da Câmara e sem discussão na Casa! Sem discussão na Casa! Então, é muito difícil mesmo o que temos pela frente.

Nesse sentido, eu peço a compreensão de todos para essa circunstância especial, particularmente, para o próprio governo, eu acho que continua sendo o caso, eu sei que o governo tem a maioria de votos, nós sabemos disso, ninguém desconhece a realidade da Casa, mas há também uma questão de responsabilidade. É uma situação em que não seria bom manter a urgência, porque é um projeto, que, aliás, eu acho que a

justiça não vai manter uma aprovação dessas, e muito menos uma lei de um projeto que parte sem parecer algum da Câmara Municipal. Mas eu acho que o importante é retirar a urgência para que nós possamos, em outro momento, debater e votar em melhores condições. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde, Presidente Márcio e, no seu nome, cumprimento todos os vereadores desta sessão legislativa presentes no dia de hoje. Eu venho a esta tribuna em nome do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores comemorar a votação, resultado do dia de ontem, no Supremo Tribunal Federal. Na verdade, o que aconteceu é a justiça sendo, de fato, feita. Aquele que foi injustiçado, que foi retirado o seu nome das urnas do processo de 2018, que depois o juiz Sérgio Moro assumiu, como ministro, do governo que ganhou a eleição, o governo do Bolsonaro que já desmoronou. A farsa, ela dura pouco tempo e agora desmorona mais um conluio da chamada “Vaza Jato”. Aquele processo daquela republiqueta de Curitiba, tudo aquilo armado pelos poderosos, para tirar o quê? Direitos previdenciários, direitos trabalhistas, tirar comida da mesa da brasileira e do brasileiro, e agora tem, na Presidência da República, um inepto que sequer consegue combater a Covid, que está aí, deixando os prefeitos a ver navios, os governadores tentando se virar, e o Presidente lavando as mãos. Comemoramos, diz que agora Lula é inocente, e o juiz, pasmem, era o juiz que estava errado, mas agora ele vai ser, claro, processado por tudo o que fez, e a justiça será feita, com certeza. O Brasil pode até, em alguns momentos da sua história, escorregar, mas depois ele se reequilibra e segue adiante, porque esse povo é trabalhador, esse povo é altivo. E as instituições precisam se consolidar. Essa crise institucional criada desde 2003 precisa ser dissolvida, para que a gente possa ter pleno emprego, para que a gente possa ter renda emergencial de fato, possa ter o homem e a mulher lutando para construir uma sociedade melhor, isso só se faz com também desenvolvimento econômico. Quando o PT governou com Lula, o Brasil foi mais feliz, isso é fato inegável. Nós, professores que estudamos história, sabemos. Por isso eu quero parabenizar a todos os brasileiros que, no dia de ontem, vibraram e sabem que agora, pela frente, nós teremos um enfrentamento duro, para, em primeiro lugar, derrotar esse vírus. Até gostei do tom diferente que apareceu na televisão, antes do Jornal Nacional, tem gente que agora acredita na ciência e diz que vai ter vacina. Olha só que surpreendente! Esse é o efeito Lula, e o efeito Lula causa uma mudança nos horizontes. Estão até distribuindo máscaras Brasil afora, antes diziam que lugar de máscara não era no rosto, era noutro lugar. Um certo deputado chegou a falar isso, se não me engano, Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente. Agora está na mão do povo brasileiro tomar o seu destino de volta, o campo dos trabalhadores retomar a força que sempre teve em diálogo, com as boas práticas em prol de políticas públicas de fato, de

assistência, de educação, de saúde e de desenvolvimento econômico. Chega de o dólar mandar neste País, chega!

Encerro esta minha fala dizendo o seguinte: queria que os vereadores da base do governo avaliassem com calma. Não é momento para a gente pautar a Procempa, para a gente votar a Procempa com urgência. Vamos acolher o que a cidadania falou na audiência pública da Procempa, não vamos ignorar a audiência pública, ela é um instrumento desta Câmara, vamos valorizar a Câmara de Vereadores, vamos valorizar os instrumentos que o povo tem. O povo deposita na gente esperança para guiar os caminhos das políticas públicas. Não se faça aqui oposição por oposição. Nós temos falado periodicamente que nós queremos que Porto Alegre saia do atoleiro, o atoleiro que o governo anterior colocou Porto Alegre. Nós queremos ajudar, mas, para ajudar, é preciso disposição de diálogo real. Para concluir, Presidente Márcio, quero fazer um voto também de sentimentos. Ontem, mais de três mil mortos no Brasil. Por favor, autoridades, mais vacinas, testagem em massa, mais espaço para cuidar das pessoas. Milhares e milhares estão morrendo sem leitos, sem chegar a um leito de UTI, vidas que poderiam ser salvas. Vamos buscar um *lockdown* com seriedade. É disso que o povo precisa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vereadores, vereadoras, Presidente Márcio; eu quero tratar do assunto que vai ser o assunto central na sessão de hoje, que envolve a Procempa. Poderia falar da situação nacional – acho que eu não sou otimista, Jonas, sei que tem um pouco de ironia no que tu dizes, mas eu não sou nada otimista em relação ao quadro nacional nem a mudanças do Presidente. É um governo genocida que nós temos, não acredito em nada do que ele diz. Nós não esqueceremos, ele será ainda julgado em alguma corte internacional por crime contra a humanidade, esse Presidente da República que nós temos e que ontem fez o seu pronunciamento cínico e mentiroso. Mas eu quero tratar aqui da Procempa, que é objeto de debate da Câmara. Eu vou tratar disso e vou ser reiterativo na argumentação. Tem uma parte da argumentação que é de conteúdo, que é o que significa o projeto. O Ver. Pedro Ruas já sintetizou, nós estamos falando sim da extinção das funções da Procempa, esse é o projeto do governo. Então, nós vamos argumentar em relação ao mérito, mas eu vou fazer todas as intervenções aqui tratando de demonstrar que há irregularidade na votação hoje. Eu, na reunião dos líderes, coloquei e argui o art. 111 do nosso Regimento. O art. 111 do nosso Regimento deixa claro que a urgência não tira a necessidade da votação das comissões. Presidente Márcio, estou vendo também o diretor Luiz Afonso, eu tenho aqui o artigo, o regime de urgência, ele não dispensa nem o anúncio nem a pauta nem o parecer das comissões. Hoje eu levantei isso pela manhã, dizendo que não se poderia votar o projeto da Procempa no dia de hoje. Eu quero

reiterar essa argumentação. O diretor Luiz Afonso argumentou na reunião, Presidente Márcio, no seu aconselhamento técnico, que, nesse caso, estaria valendo o art. 95 da Lei Orgânica. Pois a gente tem que ler o art. 95 da Lei Orgânica. Não tem nenhuma demonstração de que o art. 95 da Lei Orgânica vá contra essa decisão do art. 111 do Regimento, não tem, é só ler! Eu vou ler e vou insistir nesse assunto, porque não é regimental. O art. 95 da Lei Orgânica diz o seguinte... Luiz Afonso, eu vou apelar para ti o tempo inteiro hoje, porque tu és considerado a autoridade, nesse caso, em termos de Regimento e de procedimentos legais da Câmara, e eu vou insistir. O art. 95 diz o seguinte (Lê.): “O prefeito poderá solicitar urgência nos projetos de lei de sua iniciativa, caso em que deverão ser apreciados em 45 dias. A solicitação de urgência poderá ser feita em qualquer fase do andamento do processo. Na falta de deliberação sobre o projeto no prazo previsto, será ele incluído na Ordem do Dia, sobrestada a deliberação de qualquer outro assunto até que se ultime a votação. O prazo de que trata este artigo será suspenso durante o recesso parlamentar”. Não diz nada que não se precise de parecer da comissão, não diz nada! O que diz é que, dados os 45 dias, tranca a pauta, isso é verdade, isso está trancando a pauta. Agora, o fato de estar trancando a pauta não autoriza a votação sem a deliberação das comissões. Isso é interpretação de texto básica, isso aqui não tem discussão! Eu quero insistir que não se vote a Procempa hoje. Eu sou contrário ao conteúdo, eu acho sinceramente que é uma vergonha se votar isso sem discussão na Casa, sem argumentação, sem o contraditório. Mas eu estou dizendo que não só é uma vergonha do ponto de vista do conteúdo como estou dizendo que é ilegal. É ilegal votar a Procempa hoje, não é regimental, o Regimento é claro. Na verdade, eu estou usando a liderança do PSOL, estou falando em nome do Matheus, do Pedro Ruas, da Karen, mas, ao mesmo tempo, eu vou fazer essa discussão como questão de ordem várias vezes, porque isso aqui não vai nos convencer. O Luiz Afonso vai ter que ler o artigo nesse caso. Eu o respeito muito, o Luiz Afonso sabe disso, mas a reunião de líderes deliberou que poderia, quando não poderia entrar na Ordem do Dia – eu quero insistir nisso. Nós vamos ter tempo para discutir, mas isso é uma intervenção e uma questão de ordem ao mesmo tempo. Na verdade, eu vou fazer a questão de ordem no momento apropriado, mas eu estou convencido de que, se nós fizermos isso, nós vamos estar cometendo um ataque ao Regimento da Câmara.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, vereador. Tendo em vista que o senhor foi citado, diretor, o senhor teria alguma consideração?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, a interpretação que nós temos, historicamente, desse assunto, obviamente que em respeito pelo entendimento do Ver. Robaina, é no sentido de que a urgência do art. 111 é a urgência pedida pelos vereadores. Ou seja, aprovado o requerimento de urgência em nome de vereador, a Casa tem que realizar reuniões conjuntas em cinco dias. Mas o dispositivo que nós estamos tratando é do art. 95 da Lei Orgânica, que

reproduz dispositivo da Constituição Federal. Nesse sentido, a aplicação dele nós entendemos que é taxativa, até porque, durante os 45 dias, o projeto está tramitando, ele poderia ter recebido pareceres nesse interregno. Com todo o respeito ao Ver. Robaina, é o entendimento que nós temos sobre essa questão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está bem, diretor. Ver. Mauro Pinheiro.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Presidente, eu só queria fazer um pedido: não deixe, agora ele falou em liderança, mas o Ver. Robaina não pode ter tempo de ficar impedindo, porque essa é uma interpretação errada dele, ele sabe que está errado. Ele vai querer judicializar, como tudo o que o PSOL e o PT têm judicializado na Casa. É muito claro o art. 95, o diretor não precisa de defesa, porque ele conhece o Regimento, conhece a Lei Orgânica como ninguém na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre, mas tenho certeza de que o diretor Luiz Afonso não vai ficar fazendo debate com o Robaina, até pela postura que ele sempre teve nesta Casa. A Lei Orgânica do Município é muito clara quando fala, Presidente, que a solicitação de urgência pode ser feita em qualquer fase. Então, o processo é protocolado e, em qualquer momento, o Executivo pode pedir o regime de urgência. O outro parágrafo diz que, na falta de deliberação sobre o projeto, quer dizer, se não for deliberado nos 45 dias, os vereadores não tomarem o projeto e o fizerem andar, passaram os 45 dias, ele vai para votação. Esteve 45 dias na Casa; se o Ver. Robaina não quis discutir o projeto, ninguém se interessou pelo projeto, problema dos vereadores. Agora ele vai para a Ordem do Dia, e nós vamos votar como sempre votamos. O Ver. Robaina e o PSOL que, mais uma vez, entrem na justiça, já que é recorrente aqui o PT e o PSOL buscarem a justiça em vez de fazer um bom debate na Casa. Muito obrigado, Presidente, desculpe se me alonguei.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ver. Robaina, uma questão de ordem ainda? Acho que o diretor esclareceu, não é?

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Uma questão de ordem. Na verdade o Ver. Mauro Pinheiro, que sempre foi líder do governo Marchezan, sim, é natural que ele apoie esse projeto e seja entusiasmado, porque esse é o projeto do prefeito Marchezan. É natural que ele apoie esse projeto, é o projeto do prefeito Marchezan. E é natural que nós, do PSOL, sim, muitas vezes recorramos à justiça, porque muitas vezes, infelizmente, a maioria na Câmara dos Vereadores fraudava, inclusive, a lei. Nós ganhamos, por exemplo, agora, uma ação em relação à previdência, ganhamos. O Mauro Pinheiro pode reclamar da justiça, assim como reclama do PSOL, mas a justiça ele é obrigado a acatar. Eu não fiz uma questão de ordem que remetesse ao Mauro Pinheiro ter direito à palavra, eu fiz uma intervenção. Achei que o Luiz Afonso poderia muito bem falar pela autoridade que o Luiz Afonso representa como diretor legislativo, é um debate que nós vamos fazer no momento apropriado, mas o Mauro Pinheiro, como grande reprodutor dos interesses neoliberais em Porto Alegre, não tinha direito a falar

numa questão de ordem, quando eu simplesmente fiz uma intervenção no meu tempo de liderança. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Ver. Pedro Ruas gostaria de se manifestar?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Sim, Presidente. O Ver. Mauro Pinheiro, na sua questão de ordem, que justifica a minha, refere que durante 45 dias esteve na Casa e o Ver. Robaina não quis discutir, ou outros vereadores. Seria impossível discutir o projeto, eu disse isso, o projeto ficou 13 dias na Procuradoria da Casa e mais quase 30 com o líder Idenir Cecchin. Então, não houve esse espaço de discussão. É isso que eu queria que o Ver. Mauro Pinheiro considerasse, porque não havia possibilidade sequer de análise. Eu aguardava para discutir esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu sou integrante, e ele nunca chegou. Não é isso? É essa a questão, não houve esse espaço para discussão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Eu só queria ter o direito, quero registrar aqui, de ter uma questão de ordem. Assim que entrar na Ordem do Dia, antes da discussão do projeto de lei a que estamos nos referindo, antes da discussão, quero fazer uma questão de ordem. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Bobadra tem uma questão de ordem, além disso, é o próximo inscrito para liderança.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Presidente, eu quero usar esse meu tempo como questão de ordem, e vou deixar minha palavra mais para o final. Eu não quero ser prolixo aqui, mas alguns vereadores estão utilizando esse subterfúgio e mecanismos nebulosos para falar sempre. Até sugiro a V. Exa. que coloque um servidor da Casa para fazer uma estatística. São sempre os mesmos que alegam questão de ordem. Eles falam dez vezes mais do que os outros, aí não dá. Tudo é questão de ordem, é questão de ordem, é questão de ordem... Só um pouquinho! Estou falando agora em questão de ordem, depois vou utilizar meu tempo de liderança.

Como questão de ordem, Presidente Márcio Bins Ely, o Ver. Jonas falou aqui sobre um tema que foge da pauta. Hoje o tema aqui é a Procempa, ele falou sobre a questão do Presidente Bolsonaro.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, tempo de liderança é tema livre. Ele estava escrito em liderança, se o senhor quiser, o senhor é o próximo inscrito em liderança.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Vou começar o meu tempo então.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Presidente Márcio Bins Ely e demais colegas, nós temos que nos ater a uma questão muito importante, que vereador não tem imunidade parlamentar, e as nossas sessões são transmitidas pela TVCâmara. Daqui a pouco, há vereadores que vão responder ações judiciais por usarem termos equivocados. Eu não gosto de entrar com ação contra ninguém, não gosto disso, mas tem gente que gosta de entrar com ação, entrar com ação, entrar ação, quer sucumbência, quer honorários, quer girar máquina; tranquilo, não é o meu caso, mas assim, há termos que estão sendo referidos ao Presidente da República, com que nós temos que ter cuidado. Nós estamos ferindo a lei de segurança nacional, nós estamos denegrindo a imagem do nosso Presidente. Ninguém aqui é deputado, nós estamos vereadores. Nós temos um Presidente da República que está enfrentando a maior crise sanitária dos últimos 100 anos, que é questão da Covid, é tudo novo, é tudo complicado. Está tomando, sim, as medidas necessárias no nosso entendimento. Não adianta querer o Município, o Estado, o fulano antecipar a compra das vacinas, porque os fornecedores são sempre os mesmos. Não estou fazendo defesa do governo federal, mas o governo federal está botando dinheiro para comprar vacina. Não adianta a gente querer comprar vacina com o dinheiro do governo federal, o governo vai comprar vacina. Nós colocamos projetos importantes aqui, que são sobre a prioridade da vacinação para os profissionais da limpeza e higienização e para os profissionais da segurança, que serão debatidos nas próximas sessões.

Eu não quero faltar com respeito com o Ver. Jonas, mas eu acho que ele foi muito agressivo com o nosso Presidente da República, utilizando palavras que eu acho que não cabem para uma pessoa do calibre que é o nosso Presidente da República.

E quero trazer uma questão importante aqui sobre o quinto constitucional. Claro que não é competência da Câmara de Vereadores, mas olha que interessante – fiz uma anotação: “Juiz concursado acusado de parcialidade no julgamento por um juiz indicado pelo réu.” Ou seja, o ex-presidente Lula, o PT indicou os respectivos juízes do Supremo Tribunal Federal, e esses, que não fizeram concurso para ser juiz, foram indicados pelo réu e estão julgando a imparcialidade de um juiz concursado, de carreira. Então é algo incrível, não tem nexos nisso, é um troço muito louco, e às vezes alguns vereadores vêm defender aqui o indefensável. Olha, o cara receber R\$ 200 mil para dar uma palestra... não sei quantas palestras. A questão do ex-Presidente Lula é uma questão processual, e nós estamos confundindo aqui com a questão de mérito, com direito material. Não podemos confundir direito material com a questão processual, ele permanece respondendo os processos, ele foi condenado. E no próprio direito... (Problemas na conexão.) ...do aproveitamento do direito processual, certo? Ele continua condenado, continua inelegível, então, fiquem tranquilos, ele não vai concorrer a presidente. Entendam que nós temos que focar aqui nas questões da Covid, ou nas

questões da Procempa, ou sobre a questão da previdência. Essa é a nossa responsabilidade aqui na Câmara de Vereadores. Nós, 36 vereadores, temos uma função constitucional, que é defender os interesses de quem mora em Porto Alegre, aqui na Câmara de Vereadores. Nós temos seis comissões muito importantes aqui.

Sobre a questão da Procempa, não vou me manifestar nesse momento, mas eu digo que assinei uma emenda do governo, que achei uma emenda muito inteligente, uma emenda que prestigia, inclusive, a nossa Procempa.

Sobre a questão da previdência, no meu entendimento particular, eu entendo que é um tema importante, é um tema maduro, que deve ser votado. Eu acho que nós temos que decidir se vai passar pelas comissões ou não; até entendo que deva passar pelas comissões, eu acho que é importante isso, o debate, a conversa, o diálogo, mas nós não podemos ficar, a todo o momento, postergando, postergando, postergando...

Nós temos muitos temas importantes da nossa cidade que nós não estamos debatendo. A questão, por exemplo, do Plano Diretor, o centro de Porto Alegre está abandonado. Então, essas coisas temos que trabalhar com muita tranquilidade, com muito respeito, com muito carinho, vamos esquecer um pouco o Lula e o Bolsonaro e vamos nos ater às coisas de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente e demais colegas vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente, e saudar todos os vereadores e vereadoras. O projeto da Procempa, vou começar por aí, é um projeto simples, não sei por que esse desespero. Eu até pensei, no ano passado, que estavam querendo privatizar a Procempa, aí eu tinha restrições, mas nesse caso, vai se sujeitar, art. 16 (Lê.): “É permitido aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município a contratação de equipamentos ou serviços de informática, desde que mediante decisão previa do Comitê Municipal das Tecnologias de Informação, Comunicação e Geoprocessamento (CTIC), após parecer técnico de sua Secretaria Executiva.” Ah, vão dizer que a Procempa agora está sendo fiscalizada. Nós temos que lembrar aqui que a Procempa já vem de vários escândalos no passado. Eu não sou a favor de privatizar, agora, o Executivo tem que ter prerrogativa e fazer uma coisa... O § 1º diz: “A Procempa, quando contratada pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, dará prioridade de atendimento aos serviços dos órgãos municipais.” Tem alguma novidade? Na realidade, eu não vejo nenhuma preocupação, eu gosto muito da Procempa, tive até vizinhos meus da Procempa, mas eu sei que os sindicatos, às vezes, ultrapassam, fazem briga por briga, para poder se cacifar com os funcionários. Esse é um trabalho muito que o sindicato e a esquerda fazem, está aí a prova do Ver. Jonas, que, com muita competência, se elegeu vereador do capital, mas o Jonas às vezes exagera. É lógico, tem que defender o sindicato, se eu fosse sindicalista, defenderia o

sindicato, mas não sou sindicalista, sou vereador da capital, com muita responsabilidade. Então não vejo nada de questão.

Robaina, a Câmara, em 2017, quando votou o aumento da contribuição da previdência para 14% o Judiciário já se posicionou, até porque é uma prerrogativa do prefeito e está também na Lei Orgânica. Eu acho que é bom o debate, mas eu acho que a gente, às vezes, fica muito repetitivo, bate numa tecla, que, às vezes, não tem fundamento, só para protelar uma discussão. Eu acho que vocês têm todo o direito, e eu faria a mesma coisa, de contestar, de falar, como vão falar depois, no projeto propriamente dito.

Quero também aqui aproveitar e lembrar ao Jonas: o Lula não foi absolvido. E pode, até no meu ver, às vezes, ser enganados, começar a sangrar em Brasília. Ontem eu vi o Ministro Gilmar usando uma retórica chula, dizendo “Ah, vocês comprariam um carro do Moro?” Uma barbaridade. Que isenção tem um homem desses? O homem está magoado, quer se vingar. Então, na realidade, um julgamento complicado. Não vejo o PT falar do Zé Dirceu, não defende mais ninguém, só o Lula. A hora que começar a aparecer de novo, vai ser uma tragédia novamente. Ninguém inocentou o Lula.

Quero lembrar ao Robaina que vocês saíram do PT, Robaina, quando vocês discordaram das posições do PT, e eu não vejo tu falares, tu omitiste agora, se tu gostas, se tu não gostas do Lula. Lembram que vocês saíram.... Eu tenho um documento, quando for votada a previdência, que eu vou trazer e vou mostrar para vocês, de quando eu era deputado. O documento diz que vocês saíram porque não concordavam com a lógica do PT, em prejudicar o funcionalismo público na questão da reforma da Previdência. Eu tenho, vou passar para todos os vereadores. Portanto, tu omitiste, tu tens que falar, tu gostas do Lula ou não gostas? Não pode o PSOL ser um puxadinho do PT sempre, porque na hora H vocês vão lá com eles, se abraçam e vão para a festa de novo; só que agora não tem tido mais festa nos últimos anos, não tem ganhado eleição. Então, eu gostaria que tu te posicionasses uma hora, se tu gostas, se tu não gostas do Lula, o que tu achas, ele é inocente? Está bem?

Vamos entrar mais direto aos pontos importantes. Já que nós vamos votar a questão da Procempa, eu gostaria de ser contrariado, eu gostaria que me falassem alguma coisa que não está aqui no projeto, que eu não entendi, ou que nós possamos acrescentar. Não vejo nenhum problema quanto à Procempa, é uma questão do Executivo, que quer trazer para si a responsabilidade e esse conselho técnico junto à Procempa, para poderem se entender e fazer um belíssimo trabalho para Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente Márcio. Saúdo os colegas vereadores, público que nos acompanha. Eu queria endereçar

duas questões: eu acho muito grave, primeiro, quando um vereador afirma que a Câmara de Vereadores tem, por prática, desrespeitar a lei, como afirmou o Ver. Robaina. Isso é muito grave e é totalmente incorreto; aliás, o Ver. Robaina, injustamente, acusa os vereadores e coloca o diretor legislativo Luiz Afonso numa posição de que estaríamos incorrendo num erro de interpretação e numa má-conduta de processo de legislativo, enquanto que é justamente o contrário, o erro de interpretação e o total equívoco sobre o processo está justamente na visão do Ver. Robaina, e afirmação, então, não poderia estar mais distante da realidade. Então lamento, quero deixar aqui o meu apoio ao nosso diretor legislativo Luiz Afonso, quero deixar também o meu apoio a todos os colegas vereadores que trabalham sério, trabalham na constitucionalidade, coisa que, aliás, nós temos visto nos últimos tempos, e pelo que o próprio Ver. Robaina não tem muito apreço, porque é recorrente na apresentação de projetos flagrantemente inconstitucionais, não se importa com isso, acha que a sua palavra tem mais valor do que a Constituição, do que a letra da lei, e por isso ele fala que os vereadores não cumprem a lei – talvez ele esteja falando dele próprio, porque, nos demais colegas vereadores, eu tenho visto justamente o contrário, uma postura de se preocupar com a legislação, se preocupar com o devido processo e o rito legislativo.

Bom, esse é um dos temas; o outro é justamente a fala do Jonas, que eu não podia deixar de comentar, onde ele salda a inocência do Lula. Acho que é importante, a todos os petistas e ao público que nos assiste, que a gente não confunda: uma coisa é o Lula estar solto, outra coisa é o Lula ser inocente. O Lula não é inocente; aliás, as fotos com Odebrecht não são falsas, a gente tem uma série de provas do envolvimento do Lula nos diversos crimes, a forma como ele chefiava uma quadrilha para cometer crimes contra o patrimônio público. Tudo isso não deixou de ser prova, não deixou de existir, nem tampouco foi falso – isso tudo aconteceu, Ver. Jonas e demais colegas. É muito engraçado, na minha opinião, quando a gente olha a Carmen Lúcia e o Lewandowski, dois juízes apontados por Lula considerando Moro um suspeito no seu julgamento, contra o Lula; isso, ainda por cima, com base em mensagens hackeadas e que não foram totalmente verificadas o seu conteúdo, se não foi modificado, se aquele é o conteúdo mesmo, o que obviamente consiste numa prova ilegal. Ironicamente, é justamente sobre prova ilegal que trata o processo que agora gera suspeição do Moro, ou seja, é uma completa troca dos pés pelas mãos e que diz muito sobre o que é a esquerda brasileira, pelo menos uma parte da esquerda brasileira, nos dias de hoje: não dão bola para leis, não dão bola para a Constituição, sambam na cara da justiça, levantam a voz para gritar com todos aqueles que trabalham no dia a dia e querem fazer a lei ser cumprida. Vamos votar o projeto da Procempa, vamos seguir cumprindo a lei e vamos fazer aquilo que é melhor para cidade de Porto Alegre e para o nosso cidadão. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum para a Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede a chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h20min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde, de modo especial os trabalhadores da Procempa, cidadãos e cidadãs. Eu queria fazer um requerimento, diante de que, em seguida, a previsão é entrar em votação o PLE nº 003/21. Diante dessa situação, eu queria apresentar o seguinte requerimento: “Sr. Presidente, tramita nesta Casa o PLE nº 003/21 com mensagem retificativa que altera o caput e o § 1º e revoga o § 2º do art. 16 da Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977. Revoga a obrigatoriedade de contratação entre a Administração Pública e a Procempa, conforme texto descrito no projeto de lei que hora passa citação neste momento. Art. 1º. Fica alterado o caput e o § 1º do art. 16 da Lei 4.267, de 7 de janeiro de 1977, conforme segue: “Art. 16. É permitido aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município a contratação de equipamentos ou serviços de informática, desde que mediante decisão prévia do Comitê Municipal das Tecnologias de Informação, Comunicação e Geoprocessamento (CTIC), após parecer único de sua Secretaria Executiva. § 1º. A Procempa, quando contratada pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, dará prioridade de atendimento aos serviços dos órgãos municipais.” Por isso faço a seguinte argumentação, nobre Presidente, e chamo atenção à referência ao Comitê Municipal das Tecnologias de Informação, Comunicação e Geoprocessamento – CTIC, e às funções deliberativas determinadas ao mesmo. Entretanto, em pesquisa feita à legislação municipal de Porto Alegre, não se encontra nenhuma lei ordinária ou complementar que institua a referida estrutura no âmbito do Município. Assim, causa estranheza a citação e as atribuições em lei a um órgão inexistente. Por entender que tal fato constitui um óbice à aprovação ao PLE com sua mensagem retificativa, solicitamos que seja consultada a Comissão de Constituição e Justiça e a Procuradoria desta colenda para que se esclareça, com fulcro na legislação, a propriedade ou não de constar o referido Comitê Municipal das Tecnologias de Informação, Comunicação e Geoprocessamento – CTIC na lei em análise. Desta forma requeiro a aplicação prevista no inc. IV do art. 110 do Regimento Interno suspendendo a discussão do PLE nº 003/21 com mensagem retificativa nº 01. Sala das sessões, 24 de março de 2021. Ver. Aldacir Oliboni, líder da bancada do PT.”

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, vereador.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A consideração que eu faço é que o projeto se encontra na Ordem do Dia, trancando a pauta.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vamos analisar o requerimento do vereador. Tendo em vista o pedido, vou suspender os trabalhos para consultar o diretor legislativo. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h26min.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h31min:** Estão reabertos os trabalhos. Conversando com o diretor legislativo e tendo em vista o projeto estar trancando a pauta, nós não temos como deferir o requerimento do Ver. Aldacir Oliboni. O projeto está trancando a pauta, então não há meios de ser encaminhado para nenhuma outra esfera no atual momento da tramitação. Poderia ter sido feito, mas, neste momento, não tem como sair da Ordem do Dia para algum esclarecimento. Então, segue na votação, a não ser que o governo retire a urgência, no caso teria que ser uma manifestação do líder do governo.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Só um pequeno restauro: a retirada da urgência tem que ser por solicitação do próprio prefeito.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A orientação da Diretoria Legislativa é que não tem como retirar o processo porque está trancando a pauta. É isso, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade é isso, a fase processual em que ele se encontra é de trancar a pauta. Ele está na Ordem do Dia e trancando a pauta. Não há como, nessa configuração, poder enviá-lo para qualquer outro órgão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está esclarecido, Ver. Aldacir Oliboni?

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Não. Já aconteceu em outras ocasiões, em outras legislaturas: o processo é suspenso, e, enquanto não tiver o parecer da CCJ e da Procuradoria, não se vota mais nenhuma matéria, exatamente porque está trancando a pauta. Então, nesse sentido, ficam obstruídos os trabalhos até termos o parecer da CCJ. É um requerimento, já tem jurisprudência, já tem fatos que aconteceram no passado. Se votar o projeto, fica eivado da inconstitucionalidade, uma vez que o próprio

requerimento diz da inconstitucionalidade do projeto de lei, uma vez que trata de um comitê municipal que não existe.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, essa é uma questão de mérito e, no caso, esta presidência vai acompanhar o entendimento da Diretoria Legislativa. Agradeço a compreensão.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni quer fazer pirotecnia, ele é acostumado dizer que já tem jurisprudência, etc. e tal. Vai ler melhor, Ver. Aldacir Oliboni, meu querido colega, homem de Sananduva, que orgulha aquela cidade, mas aqui, infelizmente, V. Exa. não leu. Foi criado o comitê por decreto do prefeito, basta isso. O senhor quer mais o quê? O senhor quer votar o decreto do prefeito também? Não tem nada que impeça, esse requerimento é eivado de querer protocolar uma coisa, e não tem motivo nenhum para se protelar isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradeço a compreensão da Mesa Diretiva, através da presidência, de que o governo não tem intenção de retirar a urgência, fica consignado o pedido. Por orientação da Diretoria Legislativa, fica indeferido o encaminhamento e nós seguimos na apreciação.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0115/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/21**, que altera o *caput* e o § 1º e revoga o § 2º do art. 16 da Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977. (Revoga a obrigatoriedade de contratação entre a Administração Pública e a Procempa.) **(SEI 118.00043/2021-00)**

#### **Observações:**

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 22-03-21 por força do art. 95 da LOM (45º dia em 19-03-21).

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLE nº 003/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Pausa.) (Procede à leitura do PLE nº 003/21.)

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente Márcio, eu fiz uma intervenção no tempo de liderança do PSOL, eu quero formalizar que, qualquer votação

no dia de hoje envolvendo a Procempa é antirregimental. Eu quero fazer essa formalização, que é baseada no art. 111 do nosso Regimento, o art. 111 deixa absolutamente claro que o regime de urgência...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Já está consignado.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Eu quero fundamentar a questão de ordem, eu fiz uma fala no tempo de liderança, explicando que estávamos entrando numa pauta que não era regimental, mas agora quero formalizar, por quê? Porque nós estamos, justamente... (Problemas na conexão.) ...na Ordem do Dia ou o Regimento, que é um Regimento que deixa claro, Presidente Márcio, no art. 111, que não se pode votar uma matéria em regime de urgência se não há um parecer de comissões. O art. 95 da Lei Orgânica não muda o Regimento da Casa. O art. 95 trata também dessa mesma matéria, mas não faz nenhuma anulação do Regimento. E o art. 112, Presidente Márcio, diz que o prefeito poderá solicitar urgência para os projetos de iniciativa do Poder Executivo, está dentro do nosso Regimento. Então, nós queremos contestar o diretor legislativo, evidentemente, que está aconselhando o Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está consignado, vereador; muito obrigado.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, vejam os senhores e as senhoras como são as coisas. Vossas Excelências são testemunhas que, quando o governo tem um número significativo para passar o rolo compressor, não importa se é constitucional ou não é constitucional, se é legal ou não é legal. Aprovam e depois a briga vai para a justiça durante anos e anos. É bom que os trabalhadores da Procempa que estão nos acompanhando percebam a tamanha incongruência e o quanto é eivado de inconstitucionalidade. Quando o governo no projeto de lei fala do comitê municipal, esse comitê municipal é criado por decreto, nunca se pode se referir a um comitê inexistente dentro de um projeto de lei. Portanto, está aí a grande inconstitucionalidade de um projeto de lei que o governo, hoje, quer patrolar. Nos seus 43 anos da Procempa, de muita luta e construção de políticas importantes para o controle da cidade, recebem os servidores uma manifestação do líder dessa natureza.

Ora, um projeto não pode ser baseado num decreto do prefeito; o mesmo não tem efeito legal, nesse caso, por não se tratar de um comitê criado por lei. Em todas as manifestações dos trabalhadores da Procempa nós ouvimos eles relatarem inclusive isso. Nós, inclusive, percebemos, na audiência pública, a tamanha indignação não só dos trabalhadores, mas daqueles que trabalham com a tecnologia da informação. Percebemos claramente agora que o prefeito atual, Sebastião Melo, comprou as pautas do Sr. Marchezan, mais que 100%, num tempo em que nós devíamos nos dedicar ao combate à pandemia, apresentar um projeto estratégico de combate à pandemia,

oferecendo, sim, distanciamento a todos os cidadãos e cidadãs, o rastreamento, através da testagem, a oferta de leitos – enfermaria e UTI. Hoje chegaremos a mais de 300 mil vidas perdidas, e o governo se debruça, como prioridade entre as prioridades, sobre projetos que acabam entregando a função pública para iniciativa privada ou tirando direitos conquistados, ao longo de uma década, dos servidores públicos. Por isso deixamos aqui a nossa indignação e o registro de que este requerimento prova a tamanha inconstitucionalidade deste projeto de lei, a tamanha vontade política que este governo tem de passar o rolo compressor. Nesta tarde, o Regimento da Câmara foi rasgado! Nesta tarde, o Regimento da Casa foi rasgado, porque em outros momentos era obstruída a sessão, e voltava, nem que fosse no outro dia, mas era estancado o trabalho por uma questão de legitimidade de um requerimento de um vereador, que acaba de registrar a inconstitucionalidade, diante de algo que não existe. Essa é a dura realidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Oliboni. Apenas reitero que esta presidência está acompanhando o entendimento da Diretoria Legislativa. Respeitamos a opinião do Ver. Oliboni, da qual discordamos. Por isso, estamos seguindo a sessão, conforme os ditames regimentais, e o entendimento da assessoria técnica.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é importante que tenhamos clareza de onde estamos exatamente. Vejam bem, nós estamos no Brasil, o País que hoje é o medo do mundo, por conta da Covid e das variantes sem enfrentamento, que grassam por aqui. Nós estamos num Estado que, neste momento, é o pior na federação; Estado que é o pior na federação de um País que é o pior do planeta! E nós estamos na cidade que é a pior do Estado, em termos de proporção geométrica do número de infectados, óbitos e mortes, infelizmente. Então, é nesta cidade que nós estamos: a pior de um Estado que é o pior de um País que é o pior do mundo! E nós estamos aqui discutindo – isso já há algumas horas – essa questão da Procempa, porque o governo, sabe-se lá por que, dá muito mais importância para a questão da Procempa do que para uma luta eficaz, verdadeira, por mais vacinas para a cidade, por exemplo, por um projeto de isolamento social ou por qualquer que fosse o projeto de criação de leitos; mas não, é na Procempa que o governo coloca todas as suas energias – é nela –, na sua extinção, na prática. O Ver. Cassiá, muito inteligente e responsável, coloca que não está ali o problema da extinção; é no conjunto, meu prezado amigo, Ver. Cassiá, é no conjunto que se vê a extinção! Na verdade, o sentido do projeto passa a ser dado pela emenda que o nobre líder do governo, Ver. Cecchim, apresentou no dia de hoje. Aí é um sentido que tem a Procempa, mas o conjunto leva a sua extinção, e uma substituição pelo CTIC, criado por decreto. Ora, é uma circunstância absolutamente anômala. E, do ponto de vista, repito, agora, de onde nós

estamos, chega a ser absurdo. As pessoas que estão ouvindo esta sessão provavelmente não acreditam que nós estamos aqui há horas – e ficaremos outras tantas horas – discutindo a extinção ou não da Procempa, quando nós estamos na cidade que é a pior do Estado que é o pior do País que é o pior do mundo, em termos de Covid-19. Só esta circunstância já dá a medida de que o que estamos fazendo não é o mais correto, não é o melhor para a cidade. Só esta circunstância já nos diz que outro caminho deveria ser trilhado, mas tirando isso, que é o mais grave, nós ficamos com um projeto que vai ser votado sem parecer, que remete funções para uma entidade, criada por decreto, que pode ser destruída amanhã, por outro decreto. Nós estamos em cima de uma situação de um projeto que esteve por 13 dias com a Procuradoria, 30 dias com o líder do Governo, e não teve discussão na Casa. E não tem nenhum – nenhum – parecer de comissão técnica, nem mesmo da Comissão de Constituição e Justiça! Ora, um projeto de extinção de uma empresa, do porte e da história da Procempa, ser votado – e será aprovado, por óbvio, pela maioria do governo – sem um parecer técnico, um único, nem da Comissão da Comissão de Constituição e Justiça, é inacreditável! É óbvio – sei que há vereadores que não gostam da judicialização da política, mas não há alternativa, não há alternativa! A justiça é para todos, é para isso, é para ser buscada quando injustiças ocorrem ou absurdos, enfim, e se busca uma posição do Judiciário.

Na verdade, vejam bem o que estamos fazendo aqui, em que circunstâncias estamos votando, o que estamos votando, bem como a maneira pela qual estamos votando. Concluindo, o momento é inadequado, o projeto com conteúdo errado e na forma absurda.

Então, é isso que estamos votando, é nisso que passamos horas, assim como passaremos mais outras tantas horas. Neste sentido, é claro, que essa discussão é para que os vereadores e as vereadoras reflitam, porque esse não é o momento de votar este projeto. E, se fosse o momento, seria o caso de derrotá-lo.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, colegas vereadores, Presidente, todos que nos assistem, principalmente todos os servidores da Procempa que neste momento se encontram em assembleia, acompanhando esta sessão. É bom que se demonstre, a partir do que está acontecendo hoje na Câmara de Vereadores, a real intenção do prefeito Sebastião Melo em dialogar, ele, que propaga tanto que é afeito à democracia, que respeita as instituições, que respeita a repartição de poderes, faz um jogo extremamente duro, um jogo baixo, um jogo indevido num momento grave em que a cidade se encontra. Não satisfeito, agora há pouco ele divulgou que vai encaminhar para esta Casa a privatização da Carris. É incrível como no momento em que as pessoas estão à margem, correndo risco nos seus empregos, com uma série de dificuldades na nossa cidade, que é o epicentro da epidemia no mundo, com a quantidade de mortes e a

utilização absurda de leitos de UTI, o prefeito, então, se ocupe em criar mais desemprego, em precarizar ainda mais os direitos básicos de todos os trabalhadores e trabalhadoras. E sempre os responsáveis são apontados como os membros de sindicatos, justamente aqueles que são a última frente, a última proteção de todos os trabalhadores e trabalhadoras, é uma lástima. Eu gostaria muito que o líder Cecchim, por quem tenho um respeito absoluto, fizesse um pedido, implorasse para o prefeito Melo retirar este projeto, que é inconstitucional, como já foi bem demonstrado, principalmente porque ele está passando poder para um conselho que não tem nenhum tipo de respaldo jurídico, dentro da legalidade dos processos legislativos. É até um desrespeito com esta Casa, é um desrespeito com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mas é muito triste, realmente, que a gente observe, dia após dia, que todas as horas de diálogo, todos os espaços de diálogo que a Prefeitura abre são simplesmente para cumprir tabela, simplesmente para enganar a população, enganar os trabalhadores, utilizar esses espaços para um teatro que, ao fim e ao cabo, não modificam em absolutamente nada aquilo que estava sendo proposto. É tão evidente que essa situação do conselho e do enfraquecimento da Procempa não foi debatida da forma como deveria, através das comissões, com tempo de maturação, e não em processo de urgência... Eu não consigo entender qual é a urgência em precarizar uma empresa que hoje oferece para esta cidade os bancos de dados, as informações necessárias, as vagas em todos – isso é bom que a população saiba – os hospitais hoje em Porto Alegre que estão colapsando, graças a uma má administração geral deste País, e quem não permite que colapse de vez o sistema de saúde em Porto Alegre é a Procempa, que organiza todos os leitos nos bancos de dados, nos sistemas informatizados. É essa empresa que presta esse trabalho neste momento que está sendo atacada. Esses servidores que estão 24 horas trabalhado em prol da sociedade é que estão sendo atacados; inclusive, em uma das audiências, representantes da iniciativa privada foram contra a urgência deste projeto. Então, qual é o objetivo, afinal, de colocar um CTIC, uma comissão, um conselho, na verdade, que não tem nenhum representante técnico da área, que abrange a tecnologia da informação, que abrange a informática; quais são os interesses que estão por trás, neste momento em que as pessoas estão focadas em outros aspectos, como salvar as suas vidas? Este projeto é colocado como urgência e tranca toda a pauta para ser votado a toque de caixa, sem entender o que está sendo votado, porque, se nós entendêssemos o que está sendo votado, a gente não teria dúvidas sobre o que está sendo colocado em relação a esse conselho – esse conselho é o cerne do projeto. Então, eu peço encarecidamente para os vereadores e vereadoras colocarem a mão na consciência e não aprovarem algo que não sabemos o que é. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Boa tarde, Presidente e Srs. Vereadores. Eu só queria citar sobre a criação do CTIC, mas eu acredito que já citaram, que foi criado pelo Decreto nº 13.970, lá em 2002, e, depois, com outras alterações, em 2010 e, agora, em 2019. Então, é nesse sentido que eu queria fazer esse complemento. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde a todos e todas; boa tarde aos meus colegas vereadores, às pessoas que nos acompanham; boa tarde ao Presidente da Mesa, comandando os trabalhos, Ver. Márcio Bins Ely. É muito triste quando eu vejo o governo, que deveria estar ao lado da população, simplesmente ignora os fatos. Nós atingimos aí a marca dos 3.200 mortos por Covid. Eu me lembro, Presidente, quando eu era ainda mais jovem e ouvi, de longe – ainda estava num curso da juventude –, falar da Boate Kiss, que matou muitos jovens aqui no Rio Grande do Sul, e da quantidade de jovens que morreram naquela festa. Lembro também de Brumadinho, um fato mais recente, em que nós lamentamos a quantidade de mortos naquele acidente trágico. E hoje nós vivenciamos uma pandemia que mata muitos brasileiros por dia e nós estamos no Estado que mais mata. O Estado mata quando não cria condições para combater as mortes, assumindo a responsabilidade de matar, então nós estamos no Estado que mais mata e, conseqüentemente, na capital que mais morre. Nós temos negligência de um Presidente genocida, que não assume a responsabilidade, que não assume a dianteira na defesa do seu patrimônio, que é o povo brasileiro, que não compra a vacina, que não está na linha de frente na defesa do seu povo, e que aqui a gente tem uma reprodução, porque, quando não temos políticas efetivas de combate à pandemia, nós também não temos medidas efetivas em defesa da vida. É nesse cenário que nós debatemos um projeto não tão urgente para a nossa cidade. Urgente é defender as pessoas que estão morrendo de fome nas nossas periferias, aquelas crianças que saem em manada, batendo nas portas pedindo pão, porque as nossas escolas não estão distribuindo da forma que deviam as cestas básicas, porque a nossa rede de assistência social não proporciona aos porto-alegrenses uma forma de proteção em que lá possam procurar ajuda neste momento em mais precisam. A gente fala de economia, mas que efetivamente nós não temos nenhuma medida de defesa do nosso comércio e da economia da cidade. Nesse contexto que nós discutimos uma empresa pública que apresenta para a cidade, que fornece à cidade um sistema de tecnologia, que administra, nada mais, nada menos, em tempos de pandemia, o sistema de leitos, um sistema, como já foi falado aqui, que impede que a cidade viva um colapso ainda maior.

Eu, Presidente, sou estudante da UFRGS de Administração Pública e Social, já fui presidente de entidade; apesar de jovem, já trabalhei bastante nessa vida. Se tem uma coisa que a gente espera do poder público, é que as nossas empresas forneçam um

trabalho honesto, que não modifiquem a sua atuação de quatro em quatro anos. Nós não podemos ter uma empresa pública que mude os seus conceitos e a sua relação de contratação a cada quatro anos. Então, nós temos aqui é um projeto que fala de monopólio, onde não há monopólio. Ontem nós tivemos a oportunidade debater na CEFOR, tivemos quase 200 pessoas participando de um ótimo debate, um debate de alto nível, qualificado, que apresentou, inclusive, pela diretora-presidente Letícia, que não há monopólio, que a Procempa é uma empresa superavitária, que o problema também não é a má qualidade da apresentação dos serviços, muito pelo contrário, fizeram reverência aos técnicos da Procempa. Então, nós entendemos que o grande problema é que o que incomoda a gestão são os pareceres técnicos que essa empresa apresenta. Nós estamos tratando de um projeto que flexibiliza e que faz com que a Prefeitura não precisa seguir a orientação dos pareceres técnicos da Procempa! Nós estamos falando aqui de contratação, a Procempa já acompanha as contratações privadas que a Prefeitura faz. Então, nós não estamos falando aqui de não poder se fazer relação com a iniciativa privada, não é disso que nós estamos tratando. Nós estamos tratando da forma de orientação e dos pareceres que essa empresa pública apresenta. Nós temos aí a iniciativa privada que se faz presente no 156, e Porto Alegre tem um péssimo serviço, nós vivemos isso dia a dia, a sociedade tem dificuldade de tratar com esse sistema.

Nesse sentido, a bancada do PCdoB se posiciona contra a esse projeto. Nós entendemos que agora nós todos – os guardiões eleitos pela população para a defesa da vida – deveremos estar na defesa do povo de Porto Alegre, que morre aos montes, morrem mais de 100 pessoas por dia em Porto Alegre, as pessoas voltaram a se aglomerar nos ônibus. A gente fala de economia, mas não trata de nenhuma medida efetiva em defesa da nossa economia. Medidas isoladas e ampliação de leitos são fundamentais, mas não dá conta de trabalhar o problema como um todo. Então, Presidente, a bancada do PCdoB se posiciona contra o projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Presidente, uma questão de ordem. Eu já havia comentado na reunião de liderança, depois, falei no início da sessão, não é o nosso interesse ficar judicializando as questões da nossa sessão, tampouco nós... (Problemas na conexão.) ...a separação dos poderes. O art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil diz que os poderes são independentes e harmônicos entre si. Já falei sobre uma questão aqui de ficar todo o momento tentando denegrir a imagem do nosso Presidente, está aqui o significado de “genocida”, eu vou ler para vocês aqui: “Essa palavra faz menção a qualquer tentativa... (Problemas na conexão.)

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Dá para encerrar a minha fala, Presidente? Vou começar, de novo, então. Presidente e meus colegas vereadores, na reunião de líderes e no início da sessão, comentei com vocês que eu não gosto de ficar judicializando, é barbada judicializar, é fácil, mas visando manter a teoria do Montesquieu na separação dos poderes, art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, que diz que os poderes são independentes e harmônicos entre si, não quero ficar judicializando! Só que a todo momento... (Problemas na conexão.) ...nosso Presidente da República. Na... (Problemas na conexão.) ...nacional passada, nós tivemos um jornalista norte-americano que ofendeu a honra do nosso presidente, na época, e o presidente queria colocar ele para fora do país. Queria expulsar o jornalista norte-americano! E a pressão dos órgãos de controladoria nacionais impediram isso. Então, quer dizer que o ex-presidente Lula quer colocar para fora um jornalista norte-americano por um crime de opinião, não pode falar dele. Presidente, é uma questão de ordem, o presidente Lula bebe todos os dias e o pessoal fala simplesmente a verdade real, só que ao todo o momento vocês estão chamando o Presidente Bolsonaro de genocida, olha o significado, para o pessoal TVCâmara aí, da palavra “genocida”: “Essa palavra faz menção a qualquer tentativa de exterminar um grupo de pessoas por conta de sua etnia, raça, religião ou nacionalidade. O genocídio é considerado um crime contra a humanidade por meio de uma...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ver. Leonel Radde, é uma questão de ordem?

**Vereador Leonel Radde (PT):** Nós temos que suspender esta votação, Presidente, porque temos uma liminar que impede a votação deste projeto. A liminar acabou de sair e determina que tem que passar pelas comissões. Então, a partir dessa decisão judicial, nós temos que suspender esta votação, e fazer o procedimento correto.

Um segundo ponto, eu só queria chamar a atenção que “denegrir” é um termo racista, então a gente tem de cuidar com esses termos, isso é muito negativo. Eu acho que as pessoas estão falando a verdade: o Bolsonaro é um genocida.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. Assim que formos notificados de qualquer decisão judicial, nós tomaremos as medidas cabíveis, por enquanto não chegou para nós aqui a liminar.

A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde a todos e todas, meus colegas vereadores e vereadoras, público, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre que nos acompanham aqui nesta sessão. Lamentavelmente, Ver. Alexandre, eu já vou afirmar aqui o que já foi dito, infelizmente o Brasil vive sob a égide de um governo genocida! Já foi denunciado nos tribunais internacionais e será devidamente julgado, comete genocídio contra as populações indígenas, comete genocídio contra a população negra, comete genocídio usando a saúde pública, porque foi negligente e negacionista quando

negou a existência de um vírus fatal, de uma pandemia neste País. Negligenciou quando deixou de adquirir as vacinas, os imunizantes para a população por uma questão meramente – não dá nem para dizer ideológica – de ignorância, porque rompeu acordos que o Brasil havia construído há anos com países como a China, a Rússia e a Índia, parceiros do Brasil e os principais produtores de vacina hoje. Então, é genocida, sim, porque genocida é aquele que tem o poder para evitar mortes e opera exatamente ao contrário. São quase 300 mil mortes, amanhã deverá ser alcançado 300 mil mortes que, sem dúvida, ficam por conta deste governo.

Quero dizer que me inscrevi para me manifestar que os governos ultraliberais, neoliberais têm por prática isto: pegar o bem público e tentar privatizá-lo. E privatizar de que forma? Desmerecendo, desmantelando. Nós temos o governo federal aqui, em Porto Alegre, na cidade, no programa de desestatização ele propõe a privatização do Hospital de Clínicas, do Grupo Hospitalar Conceição, da Ceitec, que produz tecnologia de ponta. Vocês imaginem, se o Clínicas e o Grupo Hospitalar Conceição estivessem privatizados hoje quem estaria enfrentando esta pandemia? Nós temos o governo do Estado que usou o mesmo argumento, que virá depois, de tirar a soberania popular, a vontade popular das consultas populares, como, por exemplo, os plebiscitos para privatizar a água, para privatizar a energia elétrica, que são exatamente aqueles bens que atingem toda a população, que servem toda a população, especialmente aqueles mais pobres, aqueles que mais precisam da estrutura do Estado. O debate da Procempa vem nessa mesma linha, eu participei de uma audiência recentemente feita por esta Casa com a Procempa, onde a gente vê que todos os dados, toda a organização da cidade está dentro da Procempa, a Procempa é a responsável por isso, estão ali os dados da infância, os dados da saúde, os dados do licenciamento, ou seja, tudo está organizado. Então, é fácil chegar e dizer que a empresa é lenta, não tem excelência, enfim. Também há esse argumento, que foi muito bem explicitado pelos diretores e pelos próprios agentes públicos, de que não há monopólio; hoje, tem várias empresas privadas atendendo, prestando serviços para a Prefeitura de Porto Alegre. Para mim, isso é mais uma estratégia de pegar o bem público, que atende a todos e a todas, e tornar monopólio da iniciativa privada que, como já diz, a iniciava privada é privada e trabalha visando ao lucro, e uma empresa que visa ao lucro obviamente não está preocupada com aquele cidadão que mais precisa da estrutura de Estado, que são os pobres, que são os trabalhadores, que são os negros, indígenas e quilombolas.

Então, torcendo aqui, Ver. Leonel Radde, que chegue logo essa liminar, para que a gente faça de fato um debate sério e aprofundado dessa questão, porque o bem público não pode ser entregue sem consultar e sem fazer o devido debate. Agradeço a atenção de todos e todas e reafirmo o apelo que meus colegas já fizeram, Presidente Márcio Bins, para que seja retirado de imediato este projeto e que passe, no mínimo, na Comissão de Constituição e Justiça, para que seja feita a devida análise, e a gente possa aqui fazer uma votação, fazer um debate com respaldo jurídico, com respaldo legal. Estava procurando o tal do comitê, ele é quase fantasma. Boa tarde, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. Queria reiterar aos vereadores que a questão de ordem é para tratar alguma situação com relação à ordem dos trabalhos, pessoal, não é para discutir mérito. Por favor!

**Vereadora Comandante Nádia (DEM)** Boa tarde, Presidente, colegas; a minha questão de ordem é exatamente esta Presidente. Esta Casa Legislativa virou uma bagunça, as pessoas não sabem que questão de ordem é para encaminhar algo que está saindo da pauta do dia. Tem vereadores, nobres vereadores aí, que estão falando, estão saindo da pauta. A pauta é a Procempa, falar sobre outras coisas não está na ordem que deve ser falada no dia. Então, gostaria que o senhor tomasse as rédeas porque ordem do dia é ordem do dia. Ficam fazendo discurso achando que é tribuna, Presidente! Obrigada, é só isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Eu estou conduzindo a sessão a partir da presidência, os vereadores sabem que a discussão é a respeito do projeto, existem contextualizações, então peço a compreensão de todos, estamos tentando levar a sessão a bom termo e, na medida do possível, administrando aqui os ânimos dos colegas. O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

**Vereador Leonel Radde (PT):** Não, aquilo ali mesmo, a gente já está levando a liminar para a presidência.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Boa tarde a todos os colegas. Presidente, quero te cumprimentar, em especial porque tu estás conduzindo uma sessão que é muito difícil, pelo conteúdo dos nossos debates. A minha questão de ordem, vinculada diretamente com a pauta, tem a ver com a liminar que acabou de ser deferida. Eu gostaria de, vamos protocolá-la na Mesa, de ler rapidamente um trecho que está escrito nela referente à pauta, repito: “Assim defiro a medida liminar reconhecida... (Problemas na conexão.) ...presidência da Câmara, pois não observados seu próprio Regimento Interno, para que seja suspenso...”

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, não me leve a mal, leitura de liminar não é questão de ordem.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB):** Boa tarde a todos os colegas. Quero aqui só colocar algumas questões em relação à própria Procempa, não vou nem debater os absurdos que ouvi aqui hoje, vamos centrar no que significa quebra de monopólio. Quebra de monopólio é ligar justamente a população mais carente, a que

mais precisa, em relação a todos os serviços de monopólio quebrado, a um serviço de melhor qualidade, porque realmente baixa o preço e acessa o maior número de pessoas, tem melhor qualidade, existe concorrência. Nada disso existe hoje na Procempa. A Procempa presta um serviço caríssimo para a Prefeitura. Quem já trabalhou na Prefeitura, quem já esteve dentro de alguma secretaria sabe a burocracia tremenda que é precisar de qualquer coisa que a Procempa ofereça hoje porque ela é a única que pode atender à Prefeitura e ao Município e, para isso, cobra um preço altíssimo dos contribuintes e, obviamente, como tudo que tem relação a imposto, quem menos tem paga mais. Ou seja, esse serviço acaba custando muito mais caro para quem de fato mais precisa ter o dinheiro no bolso. A quebra de monopólio da Procempa vai trazer muito mais inovação e tecnologia para a nossa cidade, ela vai permitir, sim, competição nesse setor, vai permitir que tenhamos maior oferta de produtos, que Porto Alegre não fique atrás em relação ao governo digital, em relação a ter um plano diretor completamente computadorizado, digital, que a gente tenha acesso em qualquer lugar. Não tem cabimento pedir questão de ordem na minha fala, sinceramente, não tenho aqui que estar explicando o que significa quebra de monopólio, porque monopólio é quando tu és obrigado a só ter o serviço de um prestador de serviço, e toda a vez que a gente vê um só prestando serviço, a gente tem a tendência de ter um péssimo serviço, um serviço que deixa a desejar ou um serviço caro demais. O que a gente quer é ofertar para a cidade de Porto Alegre um serviço que tenha melhor qualidade, não estamos dizendo que a Procempa não vá trabalhar mais, mas que teremos um serviço de melhor qualidade, que teremos a possibilidade de ter outras ofertas e que não precisaremos ficar reféns dos valores que são cobrados hoje pela Procempa. Eu encerro aqui a minha fala. Muito obrigada, e não vejo a hora de poder votar a quebra de monopólio da Procempa.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**Vereador Jonas Reis (PT):** A minha questão de ordem, Presidente, é muito simples. O Ver. Bobadra pegou a fala que está em primeira legislatura para tentar ensinar a presidência da Casa a dirigir uma sessão. Isso é um absurdo. Ele ficou falando de um tema que não tem nada a ver com o que a gente está debatendo. Ficou falando de Bolsonaro, falando de genocídio, etc. e tal. Então, Ver. Bobadra, por favor! Respeite os vereadores desta Casa. Questão de ordem é para as coisas que estão sendo discutidas no dia, não para ficar discutindo qualquer coisa. O senhor adora uma latinha, parece, adora um microfone. Compre um microfone, instale no seu gabinete e faça *lives* o dia inteiro. Agora, respeite a sessão legislativa, respeite a presidência desta Casa.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Quero pedir a compreensão dos vereadores, para que a gente possa levar a sessão a bom termo, sob pena de nós somente aceitarmos encaminhamentos de questão de ordem por escrito. Pelo jeito que

está indo, vou ter que tomar uma decisão de encaminhamento, porque está todo mundo se inscrevendo em questão de ordem, mas ninguém fala nada de questão de ordem, ficam fazendo um debate aqui, citando um, citando outro e, infelizmente, está prejudicando os atos da gestão. Por consideração aqui ao fato de o Ver. Bobadra ter sido citado, vou lhe conceder uma questão de ordem. Mas quero reiterar que questão de ordem diz respeito a observações quanto à ordem dos trabalhos, não para discussão de mérito. Peço a compreensão de todos, e a nós compete aqui dirigirmos a sessão para que possamos fazer o encaminhamento devido. Peço a compreensão de todos.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Presidente, vou falar simplesmente sobre a pauta onde fui citado. (Problemas na conexão.) ...aos senhores aqui que nós não estamos no Big Brother Brasil, nós estamos na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, eu jamais ofendi algum colega. Tenho respeito muito grande pelo Presidente Márcio Bins Ely, eu respeito a todos os demais colegas, jamais mandei algum colega lavar a boca ou se abaixar ou algo nesse sentido. Jamais usei palavras de baixo calão para ofender alguém aqui. Acho que o vereador se equivocou, acho que temos que nos ater à pauta, é a pauta da Procempa, é algo muito importante. Gostaria que vereador fosse cauteloso, eu sei que ele é “dr. Paulo Freire”, construir é construir. Respeito, não vou analisar o currículo dele, mas acho que o Ver. Jonas procura se sobrepor aos colegas no doutorado que ele fez do Paulo Freire; respeito, mas ele é vereador assim como todos. Cada um de nós aqui tem um voto, e o Ver. Jonas acha que é mais que os outros porque ele tem doutorado. Fui procurado por alguns colegas do Simpa que não se sentem representados por ele. Ele prejudica a representação dos servidores aqui nesta Casa, ele não é um bom interlocutor, ele desrespeita aos colegas, ele desrespeitou o Presidente Bolsonaro, me desrespeitou, desrespeitou o Ver. Cecchim, que é idoso, desrespeitou a Ver.<sup>a</sup> Nádia, que é mulher, ele não respeita as minorias, está me desrespeitando com preconceito, porque é o meu primeiro mandato! Eu faço um desafio ao Ver. Jonas aqui para apresentar a sua carteira de trabalho. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Peço a compreensão dos dois próximos inscritos na questão de ordem, para que nós possamos tocar a sessão.

A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Questão de Ordem):** Presidente, quero invocar o art. 193 do Regimento que diz que, quando se tem uma questão de ordem, que se indique qual o artigo que vai se falar. Eu, falando no art. 193, quero dizer que questão de ordem é para solicitar a censura do Presidente a pronunciamentos de vereadores que contêm expressões, frases, conceitos injuriosos, caluniosos e que atrapalhem o andamento da Casa. Essas Questões de Ordem que não estão fundamentadas em nenhum artigo devem ser censuradas, senão nós vamos continuar nessa questão. Então, através do art. 193, eu lhe peço que as Questões de Ordem, a partir de agora, sejam fundamentas pelo Regimento Interno, como preconiza o art. 193. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Vereador Aldacir Oliboni.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, o senhor deu uma informação muito importante sobre o que é questão de ordem. O artigo ao qual a Nádia se refere agora vem nessa direção, mas o primeiro a não cumprir o artigo é o próprio querido amigo Alexandre Bobadra. Ele acabou de utilizar o último espaço falando de um assunto que não tem nada a ver com a uma questão de ordem. Ou falar em Big Brother é uma questão de ordem? Então, Presidente, eu sugiro que V. Exa., quando isso acontecer, ou mande o Regimento para os meus colegas darem uma lida, com todo o respeito, ou interrompa a palavra. Por outro lado, nesta questão de ordem, se tratando do tema, Presidente, se nós levarmos em votação, isto é, continuarmos a sequência da discussão e votação, ela será decretada nula pelo fato da liminar. Portanto, sugiro que, após a intervenção dos inscritos, a gente interrompa a sessão, converse com o colégio de líderes para tomarmos uma posição sobre a liminar concedida. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. Vereador Leonel Radde.

**Vereador Leonel Radde (PT):** Só para reforçar o que foi falado pela Ver.<sup>a</sup> Barth, não existe monopólio no Procempa, a gente não pode propagar essa mentira. Isso é uma falsidade que inclusive a Prefeitura já admitiu que não existe monopólio na Procempa. E não é disso que nós estamos tratando neste projeto de lei. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Eu quero falar aqui exclusivamente sobre a nossa pauta, que é sobre a Procempa. Eu participei, ontem à noite, de uma reunião importante. Eu procuro ouvir ambos lados e conversar com as pessoas de verdade. Em todos os lugares tem as pessoas boas e as pessoas más, que são aqueles que estão lá para passar o tempo. Sabemos que quando o servidor se aposenta já não se aposenta com a integralidade, na grande maioria, se aposenta no teto do INSS que é de R\$ 6 mil. Eu tenho certeza de que na Procempa nós temos excelentes funcionários, mas também temos alguns profissionais que estão desatualizados, estão há muitos anos lá. Vejam bem, eu não estou generalizando, estou falando num caráter geral. Em todo o lugar nós temos pessoas boas e pessoas más. Vou dar um exemplo para vocês, fazendo uma analogia, que é a questão dos aplicativos. Apresentei um projeto limitando em 10% o valor para as empresas de aplicativo – eu fiz um trinômio: os motoristas, as empresas de aplicativos e o usuário. O serviço para o usuário está mais ou menos, para os motoristas está ruim e para as empresas está excelente. A empresa fatura de 25% a 40%. Eu fui instado por uma certa parcela do público, e eu... (Problemas na conexão.) ...em 10%. Mas tem que estar bom para todo mundo! Nós

temos que melhorar para os motoristas, para que os usuários finais do Uber, 99Pop e outros aplicativos possam ter um serviço melhor e um carro com segurança. Então, vejam bem, meu voto não é... (Problemas na conexão.) ...é uma questão técnica. Presidente Márcio Bins Ely e demais colegas, a Procempa é estratégica para nós, é importante, ela foi importante por muitos anos, só que nós temos novas tecnologias aparecendo, nós temos guris com 18, 20 anos que são *hackers*! Nós temos que ser a favor da livre iniciativa, nós temos muitas empresas importantes que querem investir, que querem participar, aqui no nosso Estado. Há que se conversar, que se debater e abrir possibilidades para que todos possam interagir. Eu vou votar favoravelmente à emenda do governo, acho que é uma emenda importante, ela prestigia a Procempa, o que até então nunca ninguém fez. “Ah, mas essa emenda é óbvia”. Mas até então nunca ninguém tinha feito. Acho que gera um avanço, acho que a Procempa, por ser estratégica, tem que fiscalizar o desenvolvimento de novas tecnologias na nossa cidade. Eu acho que é muito importante o debate, a conversa, a gente poder ouvir essas pessoas. A Procempa é organizada numa área estratégica na nossa cidade, numa área nobre. Nós temos lá, sim, alguns CCs, nós temos que reavaliar as pessoas na Procempa e tenho certeza de que esta Câmara de Vereadores está focada nesta questão importante. Agora, o Ver. Radde está pronunciando aqui alguma coisa. Eu acho que a gente tem que manter a coerência nas nossas falas aqui na Câmara de Vereadores. Nós representamos o povo de Porto Alegre. Nós estamos ao vivo na TVCâmara. Nós temos uma responsabilidade muito grande, e a Câmara de Vereadores não pode ser uma cidade sem lei. Nós temos um tratamento bacana aqui nos corredores, nós conversamos, nós olhamos para a frente. Hoje o foco é a Procempa, então nós temos que ouvir, debater, conversar, se inscrever, chegar num diálogo. Eu concordo, sim, com algumas coisas que o Ver. Leonel Radde fala, que o Robaina fala, que o Ruas fala, com algumas, mas eu não concordo na grande maioria, e eu vejo que muitas vezes, assim: se a ideia é deles, está *o.k.*; se a ideia é de outro, não serve. E isso não pode ser o nosso pensamento, presidente Márcio Bins Ely e caros colegas, o nosso pensamento deve ser em prol da cidade.

Eu quero dizer que, por uma questão de estatística, são os mesmos vereadores que a todo momento pedem questão de ordem. Então eles têm duplicado as suas falas, eles falam em uma questão de ordem e falam nas suas falas. Então quero pedir a compreensão dos colegas para que a que a gente olhar para a frente, que a gente possa pensar na nossa cidade, uma cidade do futuro. Nós estamos vereadores, eu saio de vereador e volto para a polícia penal. Então a gente está vereador e temos uma responsabilidade muito grande com a nossa cidade. Quero pedir aos colegas vereadores que tenham carinho, foco com a questão da Procempa e depois nós temos temas tão importantes quanto o... (Problemas na conexão.) ...para a gente debater aqui na sessão. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. Nós estamos com várias observações sendo registradas no *chat*, então peço para a Diretoria Legislativa

que me auxilie aqui. Estão inscritos Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, Ver. Cecchim, Ver. Moisés, Ver. Matheus Gomes e Ver. Robaina. Caso mais alguém queira se inscrever ou caso eu tenha me perdido aqui nos comentários do *chat*, eu peço que se inscreva de novo.

A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Muito obrigada, Presidente Márcio, colegas, pessoal que está nos acompanhando pela TVCâmara, vamos nos ater à pauta. A pauta hoje é a votação da Procempa. É importante nós dizermos que ninguém está terminando com a Procempa. Quem está nos ouvindo precisa necessariamente saber a verdade. Tem alguns colegas que mastigam a mentira até que ela vire uma verdade, então a gente tem que deixar bem claro o que está acontecendo. A Procempa vai continuar existindo, o que tem nesse projeto é que se, solicitado algum trabalho, algum projeto sobre tecnologia de informática e a Procempa não conseguir entregar, aí sim a Prefeitura Municipal e os órgãos da Prefeitura podem procurar alguma outra empresa que possa fazer a entrega daquilo que a Procempa não conseguiu fazer. Vou dizer que ouvir aqui alguns colegas dizerem que a Procempa iria terminar e que não estavam deixando que a Procempa trabalhasse, é de certa forma menosprezar os funcionários da empresa. Eu tenho certeza de que os funcionários da Procempa são muito qualificados e por isso não tendem à não entrega de algum trabalho, por isso não temem a competitividade, por isso não temem que o prazo, o serviço e os valores da Procempa sejam os melhores. Além disso, esse sentimentalismo tóxico que alguns colegas adoram trazer para o debate não pode ser alimentado aqui. Disseram que a Câmara de Vereadores está cometendo fraude, que nós não cumprimos a legislação, que desejos escusos do prefeito podem estar por trás desse projeto que hoje nós estamos votando. Não dá para entender como alguns colegas falam que o prefeito Melo e o vice Ricardo Gomes não têm diálogo, sendo que o que mais eles fazem é dialogar não só com a Câmara, mas com os segmentos que estão envolvidos com as votações. Então é bem claro que o projeto não termina com a Procempa, faz com que o Executivo, nas suas fundações, autarquias e secretarias, não necessite obrigatoriamente comprar, solicitar serviços de tecnologia de informática e inovação única e exclusivamente da Procempa, podendo, sim, solicitar para outras empresas, outras entidades, se a Procempa não conseguir entregar o que é solicitado. Isso se chama inovação, isso se chama de sair da casinha e furar a bolha. O mundo está aí e a tecnologia está, todos os dias, mostrando novos aprimoramentos, novas experiências, e nós queremos que, cada vez mais, os funcionários da Procempa estejam qualificados dentro do que há de melhor na tecnologia da informação, na tecnologia de informática. Para encerrar, Presidente, acho não salutar aqui nesta Casa que nós possamos usar termos que não condizem com a Prefeitura Municipal nem com os colegas que aqui estão falando e continuo pedindo que, em questão de ordem, cada colega inicie falando qual é o artigo sobre o qual está falando em questão de ordem. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta ao nosso diretor legislativo, se já vamos apregoar uma nova emenda que está na DL; seria possível dar essa resposta, dentro da minha fala?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Podemos apregoar a qualquer momento.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Por favor, gasto até o meu tempo, por favor.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, vereador, deixa eu só acessar aqui.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 003/21. (Procede a leitura da Emenda nº 02 ao PLE nº 003/21.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Muito obrigado, diretor. Esta emenda é para tranquilizar o Ver. Oliboni, ele estava muito preocupado, então, nós vamos criar por lei também, além de criar por decreto. É uma emenda que atende um pedido do Ver. Aldacir Oliboni, e eu quero dizer, aos nossos vereadores da base, que nós estamos aqui para fazer a coisa certa, mas também se o exagero for necessário, vamos exagerar também e fazer as coisas com toda a precaução, satisfazendo a ansiedade do Ver. Oliboni. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver. Cecchim. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 003/21.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos os presentes, vamos nos ater à pauta; nós, legisladores, temos de ter cuidado com a nossa própria legislação.

Sobre o projeto dela, em primeiro lugar, eu acho que a gente tem de deixar registrado aqui, às claras, que o projeto não é um projeto que está há 30 dias, há 45 dias em discussão; é uma falácia fazer a argumentação dessa forma. Este projeto já foi apresentado, já foi defendido inclusive na gestão do governo Marchezan.

Sobre os termos utilizados, existe muita sapiência quando os partidos políticos, as ideologias usam *marketing*, usam inteligência de expressão para aprovar ou reprovar projetos: “Ah, não há monopólio”. “Há monopólio”. Bom, quem argumenta que não há monopólio, é porque existem casos de a administração municipal acabar contratando uma prestação de serviço de tecnologia, informação, comunicação, além da

Procempa. Mas quem defende que há monopólio, é porque há uma legislação que engessa uma espécie de monopólio da decisão, na qual se diz claramente na nossa legislação que há a necessidade de autorização da Procempa para que o ente, o Poder Executivo, faça a contratação. E vejam bem, na audiência pública, na qual me fiz presente – quero saudar a todos os colegas que participaram – no *chat* de discussão, a gente viu alguns dizerem: “O parecer da Procempa, Ver. Moisés, é igual ao da PGM”. Vejam bem, a PGM não decide pelo prefeito, ela dá o parecer para que o Poder Executivo tome as suas decisões. Agora, não permitir que nós possamos fazer essa discussão, à luz da sociedade, para que nós não tenhamos essa amarração e que possa ser feito com toda a responsabilidade, por óbvio, vejo o esforço do governo municipal em acertar isso por meio de emendas para que se tenham os pareceres da Procempa, não vejo nenhum problema. Mas a gente entende as questões ideológicas, lamento que, pelo que sei – quero saudar aqui o secretário Schirmer que se fez presente em todas as reuniões em que participei da discussão, inclusive na CEFOR -, que as pessoas misturam as coisas. Que se use uma outra pauta para convocar os funcionários; o sindicato fazer uma espécie de paralisação ou uma greve alegando que é por um outro motivo, essas coisas da política com as quais eu não concordo, nunca concordei e vou continuar não concordando. Então, que a gente faça a discussão sobre se defendemos ou não que o Poder Executivo e a Prefeitura, quando forem contratar, só possam após uma liberação inclusive de uma companhia que, na minha visão, é subordinada ao Poder Executivo. Eu sei da entrega dos muitos funcionários que existem, da competência, do quanto foi importante para o cercamento eletrônico, mas não existe nenhuma linha no projeto dizendo que a Procempa vai ser privatizada ou extinta.

Finalizo dizendo que acredito, sim, acredito que a Procempa – saúdo a direção da Letícia, que também tem ido a todas as reuniões – pode inclusive ter um ganho de tecnologia, de respeitabilidade no momento em que ela fizer a fiscalização, o acompanhamento dos processos. E quando se diz que a Procempa presta um serviço de qualidade mais barato, ela inclusive vai ganhar com vantagem algumas concorrências. Então, não é tudo o que é público é maravilhoso, é espetacular, não pode ser criticado, e nem tudo o que é privado é maravilhoso e não pode ser criticado. Na discussão da bancada – Ver. Kaká; Ver. Gilson Padeiro; Ver. Ramiro Rosário, que está inscrito inclusive porque é defensor da pauta – temos a visão de que é um projeto importante para a cidade, não é do prefeito tal, do partido tal, e reafirmamos aqui o nosso apoio ao projeto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. Acabamos de receber, por meio do SEI, a notificação da advogada do PSOL acerca da decisão judicial. Então, quero suspender a sessão por dois ou cinco minutos. Já encaminhei ao procurador Fábio, vou conversar com ele e peço que os vereadores aguardem para retomarmos. Tem vereadores inscritos, mas eu tenho de remeter a notificação judicial para análise da Procuradoria e retomaremos a sessão em cinco minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h43min.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h49min):** Estão reabertos os trabalhos.

Para dar ciência resumidamente sobre o que versa a liminar, o mais importante é que ela foi deferida para que sejam suspensas a tramitação e a votação do PLE 003/21. Então, está suspensa a votação do projeto. Passemos o próximo item da Ordem do Dia, diretor.

## VOTAÇÃO

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0147/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 008/19**, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que altera o *caput* e o §2º e revoga o inc. III do § 1º, todos do art. 20-A da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975, e alterações posteriores, modificando os critérios de permissão para cercamento de largos, praças e parques do Município de Porto Alegre. **(SEI 030.00025/2019-00)**

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Valter Nagelstein: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- encaminharam a matéria os Vereadores Felipe Camozzato (autor), Mauro Pinheiro (PL), Jonas Reis (PT), Claudio Janta (SD), Comandante Nádia (DEM), Idenir Cecchim (Governo), Pedro Ruas (Oposição), Matheus Gomes (PSOL), Alexandre Bobadra (PSL), Jessé Sangalli (Cidadania) e Lourdes Sprenger (MDB) em 17-03-21;
- incluído na Ordem do Dia em 10-03-21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação o PLCL nº 008/19. (Pausa.)

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 076/21 e que esta se dê de forma

simbólica. Após retornarmos à ordem normal. Eu acho que ninguém vai se opor a uma frente parlamentar de um assunto tão sério quanto a logística reversa. Conversei, pela manhã, com o Ver. Felipe Camozzato e ele não se opôs, mas não sei se cabe essa solicitação neste momento.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Tenho outros requerimentos aqui.

**Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento):** Presidente, eu acho que o nosso requerimento complementa o da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. O nosso é sobre a solicitação de audiência pública referente ao PLCL 008/19, que foi protocolado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. Eu já enviei mensagem ao Luiz dizendo que a entidade fez essa solicitação, agora pela tarde, e, pelo que sei, pedido de audiência de uma entidade desse porte impede a votação do projeto, não é?

**Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem):** Eu não quero obstruir nem nada, quando eu levantei a questão de ordem lá no início, já na reunião de lideranças, que agora foi objeto desse mandado de segurança que nós vencemos, é porque eu realmente compreendia isso. Então eu quero fazer a questão de ordem agora pelo seguinte: a pauta estava trancada. Como é? Seguem-se as votações? Eu queria entender. Na verdade, é uma questão de esclarecimento, porque a pauta estava trancada, e se a pauta foi trancada nós não podemos continuar discutindo como se não tivesse essa questão para ser resolvida. Então, eu peço o auxílio da Diretoria Legislativa, porque a pauta foi trancada, então, como é que vamos proceder?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, apenas para, pontualmente, esclarecer o seu encaminhamento, a pauta estava trancada porque o projeto de lei do Executivo, relativamente à Procempa, estava trancando a pauta. Como o juiz determinou a suspensão da tramitação, ele não está mais tramitando, portanto ele não está mais trancando a pauta. O processo está suspenso. Está bem? Compreendido?

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** E o da previdência é a mesma coisa? Saiu de urgência?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O da previdência está suspenso também.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Isso e oficial? Saiu de urgência?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Por medida liminar. Eles estão suspensos.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Nada disso tranca pauta, estão suspensos esses projetos? Isso é muito importante para que a população saiba também, para nós vereadores sabermos e para a população saber: isso, por enquanto, está fora do regime de urgência, qualquer uma das duas pautas?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, está suspensa a tramitação da votação do projeto, não quer dizer que não exista a urgência, o pedido do governo está mantido. E ele estaria trancando a pauta se não estivesse suspenso. É apenas para fazer um encaminhamento da leitura fria do que foi pedido...

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** É isso, tudo bem. Na verdade, era um pedido de informação, nesse caso, para a Presidência e para a Diretoria Legislativa...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Uma pergunta que eu gostaria de ver, então, com o diretor legislativo, temos o pedido de audiência e o pedido da inversão de pauta, da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. Poderíamos, primeiramente, submeter à apreciação do plenário a inversão da pauta? É isso, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Por favor.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Então, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo pede a inversão da pauta... Mas mesmo estando em encaminhamento o projeto, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, é assim, eu até conversei com a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, o projeto já está em votação, mas, se eventualmente o plenário decidir...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Sim, sim, mas o projeto está em votação, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Está em votação, aí o Regimento determina que ele venha antes. Mas o plenário, obviamente, se altera a ordem, é um colegiado...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Entendi.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Regimentalmente, de fato, ele tem a preferência, porque o Regimento determina que as matérias que estão em votação venham mais na frente, na Ordem do Dia. Mas o colegiado do plenário é o mesmo que cria o Regimento. Então, se eventualmente decidir diferente, *o.k.*

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** E com relação a essa questão do pedido da audiência pública, já estando em votação?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, o que eu posso dizer, Presidente? Na história que nós temos aí, relativamente a pedidos de audiências públicas, todas as vezes em que, eventualmente, houve um pedido de audiência e, digamos assim, não foi dado andamento, os interessados nas audiências públicas recorreram ao Judiciário e foram dadas liminares, em todas as ações. Então, este projeto está na fase de votação, é uma questão nova, mas, enfim, eu faço o alerta para essa possibilidade.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está bem. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, então, altera o seu requerimento, solicitando que o Requerimento n° 076/21 seja apreciado após a apreciação do PLCL n° 008/19.

Em votação o requerimento da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Então, passa a ser o primeiro após a votação do projeto do Ver. Felipe Camozzato.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Eu quero, em primeiro lugar, dar os parabéns à oposição pelas suas estratégias... (Problemas na conexão.) ...que estão surtindo efeito.

Agora, eu quero falar sobre esse projeto do Ver. Felipe Camozzato, que está há mais de dois anos na Casa, então a oposição não pode ter um discurso e depois vir com outra prática. O projeto passou por todas as comissões e foi aprovado em todas as comissões. Em todas as comissões! Todas as comissões poderiam ter feito audiência pública, e eu não quero cometer gafe aqui se não foi feita audiência pública em relação a este projeto, que se diz que é importante, que está há tanto tempo na Câmara de Vereadores, pronto para votar e nós já estamos votando. E já teve casos de projetos que nós votamos e depois foi feita a audiência pública, sem problema nenhum. Eu me lembro de dois, três projetos em que foi feito isso. Inclusive foi feito isso com relação ao projeto do marco regulatório da telefonia em Porto Alegre; nós votamos o projeto e depois foi feita a audiência pública. E em vários outros projetos também foi feito assim.

Agora, a oposição - que até agora tem se mostrado competente no Judiciário, dando ao Judiciário o direito de legislar - que comece a legislar um pouco. Este projeto, volto a reafirmar aqui, está há mais de dois anos na Câmara de Vereadores; este projeto foi aprovado por todas as comissões.

Eu fui eleito pela cidade de Porto Alegre para discutir temas da cidade de Porto Alegre, e esse é um tema que interessa à cidade de Porto Alegre, é um tema que vem sendo debatido na cidade de Porto Alegre. E a oposição alegava muito que os projetos não passavam pela CCJ, este projeto passou pela CCJ e passou por todas as outras comissões permanentes da Casa, e todas - quero reafirmar aqui - deram parecer favorável a este projeto. Não tem por que, agora, aos 44 minutos de segundo tempo,

entrar com um pedido de audiência pública, algo que eu tenho quase certeza absoluta de que já aconteceu em uma das comissões, se eu não me engano até foi na CUTHAB que aconteceu a audiência pública. Então, isso é somente com o intuito de atrasar e deixar o projeto bem mais passível de discursos, que é só o que a oposição vem fazendo nesta Casa.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Presidente, só para deixar registrado aqui e que eu gostaria que o senhor pudesse dizer: a advogada que entregou aqui a liminar, qual é o nome dela, por favor?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, na verdade, nós também recebemos o processo pelo SEI, foi encaminhado para o procurador e a orientação da suspensão e do acolhimento por determinação judicial acompanha o entendimento da Procuradoria da Casa.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Ela foi encaminhada pelo SEI e a Procuradoria da Casa se manifestou nesse sentido?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Pelo SEI também.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Mas a suspensão foi dada, aqui na sessão, com relação à entrega do documento por uma advogada? Que se identificou como advogada do PSOL, é isso?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Nós recebemos, aqui, o documento, em mãos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Só para esclarecer, Presidente: o despacho da liminar tem, ali no final, uma determinação da juíza. Vou ler até o parágrafo. (Lê.): “o encaminhamento de ofício cópia da presente decisão, junto à chave de acesso a este processo, a qual leva os documentos indicados no art. 7º da lei do mandado de segurança, incumbirá o impetrante, que deverá ser realizado em até três dias úteis, comprovando o encaminhamento, sob pena de preempção e caducidade da liminar.” Então, a própria juíza encarregou os autores impetrantes de fazerem a notificação.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Sim, mas a notificação foi feita por uma advogada substabelecida no processo?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Eu não vi o SEI ainda, vereador. Acho que acabou de chegar e foi encaminhado para a presidência. Teríamos que ver.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Se puderes passar essa informação, eu agradeço.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Claro, claro.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Bem, está esclarecido. Obrigado, vereador.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Presidente, eu só pediria ao pessoal dos impetrantes que nos mande o número do SEI, para podermos já fazer uma avaliação rápida. Aí eu consigo abrir.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O SEI bateu aqui na presidência e a minha assessoria me trouxe aqui na sala.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Presidente, eu fui o responsável por encaminhar no SEI. Se essa é a dúvida do Ver. Ramiro Rosário, está esclarecida. Está aqui no SEI, está no sistema, todo mundo pode acessar e conferir.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O encaminhamento é feito com a sua assinatura, vereador?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes é parte.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Então, está confirmado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está esclarecido?

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, voltando à questão do projeto de lei do Ver. Felipe Camozzato, pergunto ao Luiz Afonso: já foi oficiado sobre o pedido de audiência pública? Se foi, é aquilo que o próprio diretor legislativo Luiz Afonso fala, em judicializando, perde todo o trabalho que nós faríamos agora na votação. Então, creio que ela tem precedência, por isso teríamos que adiar também este projeto de lei, com todo o respeito que tenho ao colega, Ver. Felipe Camozzato.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Presidente, era para esclarecer o que eu já coloquei anteriormente. Tudo certo.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Seguimos então.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Presidente, só para esclarecer melhor o que eu disse, para não ser tomado por equívoco: não há uma norma específica que diga que o processo não possa ser votado enquanto não for feita audiência pública. O que eu levantei é que, eventualmente, pode haver um questionamento judicial, mas que, de fato, não há um impedimento legal, formal sobre isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está bem. Então, vamos trabalhando aqui com a questão da formalidade, não é? Tendo em vista que o Ver. Jonas já encaminhou, a Ver.<sup>a</sup> Reginete estaria inscrita, então como é que fica? Quem são os que já encaminharam?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Encaminharam os vereadores Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Jonas Reis, Claudio Janta, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Matheus Gomes, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli e Lourdes Sprenger. Então os partidos também já encaminharam, mais o governo e a oposição. Reitero que, quanto aos encaminhamentos, a partir de agora, só cabe um por bancada, com exceção desses que já encaminharam.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 008/19.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Só para não incorrer em erro: depois que eu pedi para encaminhar, o Luiz Afonso mencionou que seria um encaminhamento por bancada, e o Ver. Moisés Barboza não encaminhou na última sessão.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não encaminhou.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Peço ao meu líder, não sei se posso encaminhar.

**Vereador Moisés Barboza (PSDB):** Claro, Ver. Ramiro, a pauta é muito mais sua do que do restante da bancada.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** A pauta é nossa, Moisés, a pauta é da cidade. Eu quero só reforçar aqui para que não se incorra em erro, porque

depois da sessão na semana passada quando se abordou a respeito deste projeto muito importante protocolado pelo colega Felipe Camozzato, também, creio eu, tenha coautoria do hoje vice-prefeito Ricardo Gomes e do hoje secretário de infraestrutura Pablo Mendes Ribeiro. E de que trata, na verdade, este projeto, que depois acabou criando pauta da imprensa, de comentaristas e tudo o mais. A gente vê também que uma parcela dos vereadores e grupos da sociedade estão colocando aqui que este projeto... Parece que vamos votá-lo e a cidade amanhecerá com muros nas suas praças e parques. Quero fazer um alerta aqui, a bem da verdade: Nós podemos ter hoje como está, a Redenção, por exemplo, cercada até o ano que vem, basta fazer um plebiscito. A pauta aqui não está sobre o cercamento em si, mas sobre esse mecanismo de plebiscito, o mecanismo de assembleísmo praticamente que talvez nos remeta àquela democracia ateniense, em que as pessoas se reuniam na praça para definir determinados temas de interesse da sociedade. Obviamente, com a circunstância que vivemos hoje, a complexidade que é nossa sociedade, a própria complexidade de população que nós temos, o modelo que nós adotamos, o modelo que esta Casa representa é a democracia representativa; nós elegemos representantes para que possam tomar decisões em nome da cidade, em nome da coletividade. A partir do momento que nós queremos criar outros mecanismos que diminuam a importância do Parlamento, que diminuam a importância da democracia representativa, nós acabamos colocando em xeque a própria democracia em nome de uma minoria organizada. Se nós tivermos a exigência de plebiscito, sendo ele obrigatório à população, primeiro que teríamos aí uma incapacidade logística, se abriria apenas a oportunidade de discutirmos determinados temas de dois em dois anos, nos processos eleitorais devido à circunstância das urnas eletrônicas e tudo mais, encarecendo muito esse processo e o tornando mais difícil à população, inclusive para sua compreensão. Caso não seja um plebiscito obrigatório, aí, sim, nós ficamos nas mãos das minorias organizadas que têm condições de mobilizar pessoas através de entidades, sindicatos, com recursos para que se possa fazer com que uma parcela da população interessada no tema defina, muito embora seja um tema de interesse de todos; um conjunto, uma minoria, um grupo de pessoas acaba definindo no que a cidade pode evoluir ou não. Quero reforçar um ponto específico aqui com relação a essa retirada da exigência do plebiscito: nós estamos avançando na cidade em diversas parcerias público-privadas, processos de desestatização que efetivamente estão transformando os serviços públicos melhores à população. A própria candidata comunista Manuela d'Ávila, nas eleições do ano passado, disse de forma muito clara que a parceria público-privada da iluminação pública era algo muito importante para a cidade que teria continuidade num hipotético governo seu. Nós avançamos também na gestão passada em processos de desestatização de praças e parques da cidade, como é o caso que já está em andamento do Parque Harmonia e do trecho 1 da orla do Guaíba, onde teríamos um investimento privado transformando um espaço que hoje está privatizado ao abandono, à decadência, à prostituição, à própria criminalidade, para torná-lo efetivamente público à população através de uma manutenção adequada, zeladoria em dia, e também investimentos de porte como restaurantes, parque de diversões, enfim, que possam efetivamente trazer o público não apenas da nossa cidade,

mas também de fora, fomentando geração de emprego e renda em nossa cidade através do turismo. E para que possamos garantir o interesse do investimento privado nesses espaços, é fundamental que consigamos diminuir a burocracia, desengessar mecanismos como esse do plebiscito para o cercamento de alguns desses espaços se assim for necessário, e assim também os próprios órgãos de governo, com o devido controle social, obviamente, da própria Câmara, apontar possíveis vícios, erros ou caminhos melhores. Ninguém aqui está falando em fechar absolutamente todos os espaços, deixar algumas poucas entradas para a população, mas sim de termos um mecanismo a menos, que hoje só engessa e que na verdade inviabiliza essa possibilidade na cidade, através deste meritório projeto. Parabéns aos autores, muito especialmente ao Camozzato, que está na sessão, e certamente encaminharemos favoravelmente a este projeto, alertando aqui que estamos tratando de plebiscito e não especificamente de cercamento de praças e parques. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 008/19.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente Márcio, vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs que estão nos acompanhando aqui na Câmara, este é um projeto extremamente interessante, importante e profundo, e essa discussão sobre a questão de plebiscito, cercamento ou não vem de décadas. Eu já votei favorável ao projeto de plebiscito anteriormente, acompanhei, ouvi e li mensagens de quase cem entidades que se manifestam contra. Recebi um comunicado, conversei com o meu amigo Jakubaszko, do Conselho de Usuários do Parque Farroupilha, ele me pediu para votar contra, e eu mantenho aquela posição que já mantive, ou seja, respeitando as posições contrárias, acho que o plebiscito é um caminho importante a perseguir. Se haveria outros mecanismos de controle, de fechamento, cercamento ou não, vamos discutir, mas por enquanto uma garantia que temos é o plebiscito, portanto respeitando os autores, meu voto é contrário. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Ferronato.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Como vi que o encaminhamento continua, e teremos a votação. Quero saber de V. Exa. se os requerimentos de audiência pública foram registrados, ou um ao menos. O próprio Ver. Janta falou em casos onde essa audiência pública ocorreu posteriormente à votação. O pedido de audiência pública se mantém, e, se outro requerimento não foi registrado,

faço o meu agora, solicitando que mesmo após a votação tenhamos, sim, audiência pública em relação a este projeto.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está bem, vereador, obrigado. A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 008/19.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas, utilizo da palavra justamente para poder garantir esse processo democrático fazendo com que esse movimento da participação pública. É inadmissível que façamos isso sem a participação do povo. Considerando também, e acho importante a gente trazer aqui que num momento tão duro, tão crítico, está havendo uma mobilização popular, inclusive foi amplamente divulgada na mídia que parte considerável da população não quer que seja feito dessa forma. Nós como representantes legítimos do povo precisamos atender a isso: é necessário ouvir e garantir esse processo democrático. E é assim que nós aqui da bancada do PCdoB nos posicionamos. É só isso, não quero me alongar porque eu acho que, em definitivo, é o que precisa ser dito e é bem objetivo para que possamos tocar este processo logo.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, o PLCL nº 008/19. (Pausa.) (Após a chamada nominal.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Na defesa da democracia participativa, principalmente, das pessoas atingidas, eu votei “não” porque acho que este projeto retira o direito de as pessoas se manifestarem livremente.

**Vereador Alexandre Bobadra (PSL):** Com o advento da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, nós migramos da administração burocrática para a administração gerencial. Nós, 36 vereadores da cidade de Porto Alegre, estamos aqui para representar o povo da nossa cidade. Então, nós não estamos votando pelo cercamento ou não, mas, sim, pela exigência ou não do plebiscito. Então, por isso que o meu voto foi favorável a este projeto tão importante para a nossa cidade.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Como dizia um político antigo, um grande político, eu o admirava muito: tem outros interesses por trás. Eu votei “não”, não consigo ver a Redenção fechada. Não consigo entender. Votei “não”.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Relembrando os colegas que votamos a respeito do plebiscito, votei “sim”.

**Vereadora Daiana Santos (PCdoB):** Pela defesa da democracia, meu voto foi “não”.

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO):** Votei “sim” e esclareço que não há interesse algum. Eu, o Ver. Ricardo e Ver. Pablo fizemos o projeto, tramitamos há dois anos com aprovação em todas as comissões, nunca tivemos sequer uma reunião com qualquer parte privada interessada senão o interesse destes vereadores que quiseram fazer com que a cidade funcionasse. E essa lei o plebiscito, ela é impraticável conforme já declarou o TRE e também a própria Câmara de Vereadores quando da presidência do Ver. Mauro Pinheiro e não conseguiu executar por ser impraticável na nossa cidade. Então, votei “sim” ao projeto.

**Vereadora Fernanda Barth (PRTB):** Pelo fim de mais esta burocracia que acaba vulgarizando o instrumento tão importante quanto o plebiscito, o meu voto foi favorável.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Contra esta turma que está com o Bolsonaro e que não democracia, não quer o povo participando, eu votei “não”, em defesa do povo de Porto Alegre, que ele decida.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** O povo não tem que ser chamado a decidir só em época de eleição. Pela participação popular, eu votei “não”.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Pela desburocratização, votei “sim”.

**Vereador Moisés Barboza (PSDB):** Lembrando todos os colegas que eu tive uma matéria em votação retirada, e lei das podas, por causa do pedido, já estava no meio do processo, por causa de um pedido de audiência pública. Então, eu gostaria de dizer ao autor que faça audiência pública porque senão pode ser que essas entidades públicas infelizmente entrem na justiça. Eu votei “sim”.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu votei “não”, diretor, e reitero o meu pedido de audiência pública *a posteriori*.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Os nossos mandatos são representativos, se alguém acha que não representa a população, não sei o que faz na

Câmara, ainda mais num tema como esse que não é tão complexo assim. Eu votei “sim”.

**Vereadora Reginete Bispo (PT):** Presidente, antes de expressar o meu voto, quero dizer que o Atuapoa protocolou nesta tarde uma solicitação de audiência para tratar do tema. Digo também que, em defesa da democracia, da participação popular, em defesa do espaço público aberto e acessível para todos, todas e todes, eu votei “não”.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Só uma declaração também como o Felipe fez. Eu acho que não ter audiência pública é uma expressão da concepção dos próprios autores, que também não querem plebiscito. Eu acho que não é à toa que não tem audiência pública. É a mesma lógica, é a exclusão de uma participação ampla da cidadania, nos assuntos da cidade. Portanto, eu votei “não”, contra esta proposta.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Eu, como tenho um conceito contrário ao cercamento do parque, eu votei “não”.

Tendo em vista que aprovamos o requerimento da Ver.<sup>a</sup> Cláudia, o próximo projeto passa a ser a votação da Frente Parlamentar, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** A Frente Parlamentar da Ver.<sup>a</sup> Cláudia, tudo bem. Não sei quanto aos outros, vou ser muito sincero, porque esta sessão estava planejada para ser ao redor da Procempa e ao redor do projeto Ver. Felipe Camozzato. Então, para não encarar outros temas que sejam mais complexos, eu, pelo menos, não tive condições de um estudo apropriado neste caso. Não é o caso da Frente Parlamentar que é um tema simples e a gente pode encarar facilmente. Digo isso, pelo problema do ordenamento da continuidade da discussão. Digo isso sinceramente, porque tem a ver com a qualidade do voto de cada um no estudo dos projetos e da perspectiva da pauta. Todos sabiam que a pauta hoje seria densa, extensa em relação a esses dois temas.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está bem, vereador, muito obrigado.

## **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 076/21 – (Proc. nº 0157/21 – Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo) – requer a constituição da Frente Parlamentar da Política de Logística Reversa. (SEI 161.00013/2021-41)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o Requerimento nº 076/21. (Pausa) A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Na verdade, eu queria falar com relação à Frente, porque eu acho que é importante. Eu já venho discutindo sobre esse assunto com algumas entidades inclusive, a Arayara. Nós tivemos uma reunião com o prefeito Sebastião Melo para falar de energia sustentável, renovável e temas tão importantes como a logística reversa. No ano passado, no final do ano, havia um projeto de lei do ex-prefeito Marchezan, eu solicitei que fosse adiada a votação – porque ia ser votado bem no final do ano –, por cinco sessões.

Então tem um projeto do governo que vai vir, referente à logística reversa, e acho muito importante nós termos uma frente parlamentar que fale sobre isso, porque hoje os resíduos sólidos são a terceira maior despesa do Município, então precisamos trabalhar esse assunto de forma bem responsável para que, quando fizermos uma nova apresentação de um PL, ele já venha do governo, do Município, ajustado para que nós possamos aprová-lo sem restrições. Acho que essa frente parlamentar vem a agregar e acrescentar.

Nós temos também um PL para que nós possamos colocar no calendário municipal, no nosso Calendário Oficial de Porto Alegre, a semana do lixo zero, que também virá em seguida para votação, que também é importante e está dentro dessa mesma pauta. Peço aos meus colegas que aprovem a frente para que possamos trabalhar juntos nessa questão que é tão importante para Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/21.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Apenas para saudar a iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Cláudia, esta é uma das pautas mais importantes da área, sobre a questão da inteligência, para entender que lixo não existe há muito tempo, o que nós temos são resíduos, e o gerenciamento desses resíduos, a responsabilidade de quem os gera para com eles até o fim do processo é extremamente importante. As pessoas precisam entender que jogar fora inadequadamente não é fora, porque todos nós moramos no mesmo planeta. Quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Cláudia pela apresentação desse tema e, sempre que possível, temos muitas frentes nesta Casa, ela poderá contar com a presença deste vereador para prestigiar a pauta e poder contribuir, dentro do possível. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Cláudia.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Só uma fala rápida, parabenizando a iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Cláudia; como bem disse o Ver. Moisés, é uma pauta extremamente importante, pois não existe dentro e fora dentro do nosso planeta, tudo é dentro. Esse cuidado e observação com tudo aquilo que a gente produz e para onde será direcionado é a pauta do milênio, nós temos que nos apropriar aqui na Câmara de Vereadores e voltar, talvez, a políticas que nós deixamos de lado, mas é um debate mais profundo a ser feito. Coloco-me também à disposição da frente e, mais uma vez, parablenizo a iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Cláudia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, vereador. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/21.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver.<sup>a</sup> Cláudia, parabéns por esta iniciativa. O Ver. Moisés Barboza é muito humilde e provavelmente não quis falar, mas ele esteve em Portugal, que faz muito bem essa política, e eu fui convidado por ele para estar junto. Ver.<sup>a</sup> Cláudia, o projeto é importante, o assunto é muito importante, é atualíssimo, nós temos que tomar conta desse assunto – vereadores, executivos, deputados –, todo mundo vai ter que ajudar um pouco, porque este, sim, é um assunto que ajuda a cuidar do meio ambiente. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Cláudia.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/21, pela oposição.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Queria só parabenizar a vereadora, dizer que pode contar conosco para enfrentar esse tema na cidade, debater com a cidadania, é muito importante saber que tem muito valor pensar numa sociedade para longo prazo, não nos temas curtos – claro, às vezes eles têm que ser resolvidos, têm que ser debatidos –, mas programar a cidade para entrar num sistema de sustentabilidade. Então acho que essa frente tem muito a colaborar com o povo de Porto Alegre, parablenizo e contem conosco.

Queria pedir ao Presidente que colocasse, depois, no ar de novo a planilha inteira dos votos da votação anterior, porque meu nome não apareceu, e eu gostaria que pudesse aparecer para a gente dar um *print* e ficar registrado na TVCâmara. Como meu

nome está lá embaixo, depois do Cecchim, não apareceu quando o Luiz Afonso ampliou. Se puder retomar, agradeço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 076/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Só quero saudar o projeto, falar da importância que tem a educação ambiental diante de um cenário em que a gente está pensando em produção e promoção da saúde. Parabéns, Cláudia, acho importantíssimo que tu te coloques à disposição para fazer esse movimento, coloco também meu mandato à disposição para construir, porque esse é um passo necessário para a gente pensar tanto no cuidado com o meio ambiente quanto na saúde. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o Requerimento nº 076/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Cláudia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Presidente, temos condições de colocar na tela o relatório de votação.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Por gentileza, diretor.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Está bem, vereadores, podemos fechar? (Pausa.) É importante informar que este relatório está juntado no SEI do projeto, então, caso haja necessidade, pode baixar o PDF direto no SEI do projeto.

**Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 064/20 por uma sessão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O próximo projeto é de minha autoria, o PLL nº 222/16, mas eu havia solicitado o adiamento da discussão por duas sessões. Está registrado, diretor?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vamos registrar. Gostaria de fazer uma pequena observação: na verdade, as duas sessões de

adiamento do seu projeto já foram cumpridas. Nada impede que o senhor peça para adiar mais. O senhor quer pedir outro adiamento?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vou pedir para adiar por três sessões.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Hamilton Sossmeier pode colocar em votação, já que o requerimento é de sua autoria. (Pausa.) O registro está me informando que já foi adiado por uma sessão no dia 10 de fevereiro e por mais duas no dia 22 de fevereiro.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Dr. Luiz Afonso, só querendo ajudar o Márcio: ele pode pedir para inverter, se ele não puder adiar. Vota-se o da Ver<sup>a</sup> Lourdes, depois se faz verificação de quórum e termina a sessão, ficando o projeto do Márcio para a próxima sessão.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** É uma forma. Mas ele ainda tem direito a adiamento da discussão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento):** Solicito o adiamento da discussão do PLL n° 064/20 por uma sessão.

(O Ver. Hamilton Sossmeier assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) APROVADO.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver. Hamilton Sossmeier. Passamos para o PLCL n° 020/19.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da ementa do PLCL n° 020/19.)

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. N° 0407/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO N° 020/19**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que inclui inc. V no *caput* do art. 45 da

Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, proibindo a utilização de cães em corridas. (SEI 087.00037/2020-13)

**Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- com Requerimento de art. 81 da LOM;
- discutiu a matéria o Vereador Pedro Ruas em 17-03-21;
- adiada a discussão por uma Sessão em 17-03-21;
- incluído na Ordem do Dia em 22-02-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLCL nº 020/19. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Em primeiro lugar, eu quero parabenizar a iniciativa desta importante lei. Nós tivemos, há alguns meses, a situação triste relatada pelo Fantástico que aconteceu na cidade de Bagé, aqui no Rio Grande do Sul, onde havia um espaço dedicado à corrida de galos, que também chamam de corrida do coelho. É importante que, nesta Câmara de Vereadores, nós tenhamos projetos que enxerguem os animais como seres com direitos que eles merecem ter. Então, parabenizo a iniciativa do projeto, coloco também o nosso mandato à disposição para o que for necessário, e é importante que, dia após dia, nós tenhamos a ocupação dos espaços da política por esse tipo de pauta que vê todos os seres como seres relevantes, como seres sencientes, como seres que sentem e merecem o máximo de respeito. Parabéns. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado.. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/19.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Presidente, é um complemento do que eu já falei, é um projeto que visa uma prevenção para que não seja ampliado para as capitais esse tipo de exploração animal, de sofrimento animal, e salientamos que temos um decreto estadual, ainda não foi possível aprovar uma lei

estadual, mas está em tramitação, e acreditamos que saia até o final do ano. Mas como eu havia apresentado antes este projeto de lei, espero que seja aprovado para que Porto Alegre seja mais uma vez exemplo no combate à crueldade animal. Obrigada a todos que votarem a favor.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/19.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde a todos, eu queria parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Lourdes pela importante proposta. Nós sabemos que os animais não têm muitas vezes como se defender, não têm muitas vezes o poder de escolha do que vai acontecer com eles. Por isso os parlamentares, preocupados com a causa animal, preocupados com as injustiças que fazem, injustiças, porque o ser humano inventou tanta coisa, tanta coisa de tecnologia, de ciência, de cultura, e continua com práticas horrendas, práticas terríveis. Nós sabemos que mesmo depois que se encerraram as rinhas de galo, ainda tem rinhas de galo, inclusive, em Porto Alegre, às vezes, tem tambor de rinha de galo, e a gente sabe disso, e é um absurdo. Nós temos que fortalecer cada vez mais o circuito de proteção à vida. A vida animal precisa que o Parlamento se coloque com disposição também, assim como se coloca com disposição para privatizar patrimônio, vender, muitos deveriam colocar a mão na consciência e fazer mudanças nas suas atitudes, para que a gente logo ali tenha, de fato, respeito a todas as vidas. As vidas humanas e as vidas dos outros seres vivos que dividem o espaço geográfico conosco, que são nossos parceiros. Muitas vezes, o ser humano só tem a parceria de um animalzinho, o seu *pet*. Por isso, vereadora, parabéns, conte com o nosso voto, sempre a favor da causa animal, sempre a favor das causas justas, em defesa da humanidade e das outras formas de vida que precisam sim de mais respeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/19.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Eu me inscrevo para parabenizar a vereadora, pelo projeto, pela proposição em defesa da vida e dizer da seriedade do projeto, porque nós já tivemos aqui nesta Casa e também na Assembleia Legislativa projetos de proteção aos animais e que atentavam contra a liberdade religiosa, que atentavam contra as culturas, principalmente as tradições judaicas e de matriz africana. Então, parablenizo a vereadora pela seriedade de seu projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Reginete.

Em votação o PLCL nº 020/19. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu queria pedir licença ao meu líder, Roberto Robaina, porque acho que ele estava com intenção de encaminhar. Então, em nome do PSOL, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, eu quero parabeniza-la, eu já havia feito isso. O projeto é importante, faz a diferença, tem qualidade e é um projeto que para nós é um orgulho em votar porque, de fato, ele contribui para a melhoria das condições de vida do nosso povo, via todas as circunstâncias que cercam a vida de cada uma e de cada um de nós. Um abraço e parabéns pela iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, vereador. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 020/19.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, Presidente, eu fiz uma pergunta, depois se o senhor puder me responder: por que eu não tenho o meu microfone ativo, como tem o Robaina? A qualquer momento ele abre o microfone e fala quando ele quiser; ou é para todo mundo, ou não é para ninguém. Enfim, depois o senhor vê aí o que está acontecendo com os microfones, o meu só abre quando o senhor autoriza, mas de alguns outros vereadores é quando eles querem.

Eu quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, não poderia deixar de fazê-lo aqui e sei que faço em nome de muitos outros colegas, porque a gente muitas vezes acaba não falando o que vai votar, e só quer votar. É um projeto meritório que fala a respeito de animais que devem sim ter todo o nosso respeito, e a gente vê que muitos deles são massacrados, não têm o cuidado devido, não tem respeito, enfim. Mas não deixaria de falar e poderia ficar uma hora falando. Nós vamos votar favoravelmente, e eu tenho certeza que é um projeto que vai passar por unanimidade, porque todos nós aqui respeitamos os animais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 020/19.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Eu quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, na mesma linha de todos os vereadores. Eu confesso para vocês que lá em São Borja eu tinha medo de cachorro. Mas agora, depois que meus filhos começaram a me dar cachorros – na realidade eu passei a ser avô –, eu vi como é bom, olhem, é impressionante. Eles sabem todos os passos da gente, acompanham toda a trajetória da família, do homem e da mulher. E sem dúvida, nós temos que proteger esses anjos que

nos protegem e nos acompanham no nosso dia a dia. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, conte conosco, e vai ser uma aprovação unânime, porque se trata de um projeto justo e vai corrigir que alguns aproveitadores querem sacrificar esses anjinhos. Um abraço e estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, vereador. Em votação o PLCL nº 020/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, só um esclarecimento para a Ver.<sup>a</sup> Nádia. Na verdade, nós acionamos o sistema para que ele largue com os microfones todos bloqueados, e o Presidente faz a abertura de microfones. Mas nós já registramos casos em que alguns aparelhos conseguem abrir os microfones. A gente está vendo exatamente qual é a questão técnica para deixarmos todos em situação de igualdade.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, diretor.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** O Luiz Afonso falou de tal forma que pareceria confirmar o que a Ver.<sup>a</sup> Nádia havia dito, sobre o meu caso, que não tem nada a ver. Eu inclusive, várias vezes pedi a palavra e não consegui. Então, não é o caso do meu microfone, que estivesse aberto. Sempre que eu pedi a palavra, e o Márcio, na medida do possível, me concedeu no momento em que era correto me conceder. Não tinha microfone ligado nunca aqui.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Pessoal, eu quero dizer que estamos fazendo o possível para retomar as nossas plenárias híbridas, presenciais e remotas, e talvez, a partir da semana que vem, a gente consiga instalar os acrílicos no Plenário Otávio Rocha, para que possamos superar essa dificuldade que o trabalho remoto nos impõe. Agradecendo a compreensão de todos e pedindo escusas por algum encaminamento.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Presidente, o que estou falando é algo que está acontecendo, e quero contemporizar a minha questão de ordem, no art. 19 do Regimento, quanto às sessões plenárias, na letra *f*, e, como eu disse, as questões de ordem têm que estar pautadas em algum artigo do Regimento. Eu gostaria que, enquanto não fosse solucionada essa questão, de que se abra o microfone apenas quando o senhor dá a autorização, que todos os microfones fiquem abertos, porque é o caso do Ver. Robaina sim, que ele abre o microfone a hora que ele quer. E isso é notório para todos nós. A igualdade entre os vereadores deve acontecer. Várias vezes, eu quero abrir o meu microfone e não posso, porque é encerrado o de todo mundo. Então, é para todos

ou nada, vamos deixar a igualdade aqui, imperando na nossa coexistência pacífica. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Pessoal, eu quero agradecer a presença de todos pelo empenho e dedicação em prol da cidade dos porto-alegrenses, cumprimos toda a nossa pauta. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Muito obrigado.

(Encerra-se a sessão às 18h03min.)

\* \* \* \* \*